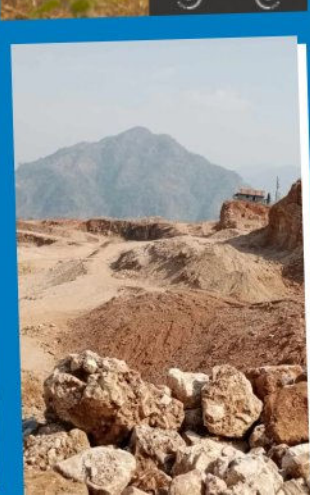


Terras exploradas, vidas exploradas

lutas pelas florestas,
pela vida e pela justiça
de gênero no Sul Global



Coalizão
Mundial das
Florestas



Conteúdo

Editorial • 3

Seis Histórias de Resiliência Comunitária

Por Valentina Figuera Martínez

Brasil • 9

Grandes empresas tecnológicas provocam desastre ambiental y socioeconómico bajo el pretexto de responsabilidad climática en Brasil

Por Heather Lee

China e Indonésia • 13

De Sumatra a Yunnan: como as trocas além das fronteiras estão fortalecendo mulheres para liderar a justiça florestal

Por Wen Bo e Kim Porter

Paraguai • 17

O Chaco paraguaio sob ataque: o caso Bahía Negra

Por Alhelí González e Sara Montiel

Bolívia • 22

Os impactos socioeconômicos e ambientais da expansão do cultivo de soja nas terras baixas da Bolívia para as comunidades indígenas

Por Mario Vargas e Cecilia Peñaranda

Georgia • 27

Fendas na Terra: o custo humano e ambiental da mineração de manganês na Geórgia

Por Nino Beridze

Nepal • 31

Deslocamento e resistência: o povo Chepang enfrenta as indústrias extrativas do Nepal

Por Bholá Bhattarai, Shova Neupane, Kiran Kumar Baram e Sumitra Rai

Sobre a Coalizão Mundial das Florestas (GFC)

Somos uma coalizão feminista internacional de 134 ONGs e organizações de povos indígenas de 75 países, que defendem a justiça social e os direitos dos povos das florestas nas políticas florestais. A GFC realiza campanhas conjuntas de advocacy sobre a necessidade de respeitar os direitos, os papéis e as necessidades dos povos indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens na conservação florestal, bem como a necessidade de abordar as causas subjacentes da perda florestal.

Agradecimentos

Equipa Editorial: Andrea Echeverri, Ismail Wolff, Megan Morrissey, Oli Munnion e Valentina Figuera Martínez

Editores: Ismail Wolff, Megan Morrissey, Oli Munnion e Valentina Figuera Martínez

Tradutores: Antoine Scherer, Corina Clemente, Gaelle LeGauyer, Janaina Uemura, Mathilde Craker, Megan Morrissey e Patricia Puechagut

Design gráfico: Oli Munnion

Foto de portada: Uma mulher da comunidade indígena Yshir, no Paraguai, carrega uma cesta para vender. Foto de Elisa Marecos e Sandino Flecha.

Esta publicação foi produzida com o apoio da Women Engage for a Common Future (WECF), por meio da Green Livelihoods Alliance (GLA), financiada pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda. O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade da Global Forest Coalition e não pode, de forma alguma, refletir as opiniões dos doadores.

Doe e compartilhe

Pode doar para a GFC [aqui](#).



globalforestcoalition.org



globalforestcoalition.org/photography



[@globalforestcoalition](https://www.facebook.com/globalforestcoalition)



[@gfc123](https://twitter.com/gfc123)



[global.forest](https://www.instagram.com/global.forest)

Seis Histórias de Resiliência Comunitária

Por **Valentina Figuera Martínez**, Coalizão Mundial das Florestas, Brasil



Os ecossistemas florestais do norte de Sumatra, na Indonésia, estão fortemente ligados à herança indígena e à economia local. **EPN**

O mundo enfrenta cada vez mais ameaças, desde conflitos geopolíticos a eventos climáticos e genocídios contínuos, enquanto movimentos populares e organizações da sociedade civil continuam lutando contra as desigualdades arraigadas. A opressão de gênero e o colonialismo continuam a sustentar uma estrutura violenta de acumulação de riqueza que destrói ecossistemas e comunidades das florestas. Há um consenso esmagador: o tempo está se esgotando e são necessárias transformações sistêmicas para abordar as causas profundas das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade.

As florestas **são cruciais para a regulação climática**, o aumento do vapor atmosférico e para fornecer meios de subsistência para comunidades humanas e habitats para espécies terrestres de plantas e animais, mas elas estão ameaçadas em todos os lugares. Enquanto isso, as emissões globais de gases de efeito estufa continuam a aumentar, e as corporações e as economias voltadas para a exportação continuam destruindo a biodiversidade por meio de atividades poluentes, desregulamentação ambiental e incentivos perversos, como subsídios governamentais. Está claro que o capitalismo global – com seu modelo de crescimento econômico ilimitado e falsas soluções para as mudanças climáticas – causou tantos danos ambientais que ecossistemas como a Amazônia estão **chegando ao ponto de não retorno**.

Nos ecossistemas terrestres, 3 a 14% das espécies conhecidas provavelmente enfrentarão um **risco muito alto de extinção** a um nível de aquecimento global de 1,5°C, a menos que sejam tomadas medidas urgentes para deter as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Essas duas crises são intensificadas pela influência das

empresas transnacionais, das instituições filantrópicas corporativas e dos países orientados para a exportação sobre os processos políticos internacionais. A agricultura permanente, os incêndios florestais e a extração de madeira são responsáveis por **87% da perda de cobertura arbórea** desde a virada do século. As corporações e elites estão impulsionando a destruição de florestas, conhecimentos tradicionais, meios de subsistência e comunidades florestais, mas continuam dominando os fóruns internacionais e espaços de tomada de decisão que afirmam buscar a sustentabilidade ambiental. Elas decidem o nosso futuro e deixam os povos

*Nestas palavras há espíritos cujas vestes variam nas formas de escamas de peixes, de cobras, de frutas, de animais, em fibras narrando tramas dos povos e comunidades que consagram a terra, o rio (...)
Nunca estivemos separados da terra, dos urubus-reis, dos aromas, nem mesmo das palavras sagradas e do passado e presente que se casam todos os dias.*

Tudruá Dorrico, Ecossistema dos Deuses

que historicamente protegem os bens comuns naturais numa situação de enorme desapropriação e desigualdade cruel.

As **palavras da ativista ambiental e líder indígena Berta Cáceres** ainda prevalecem não como retórica essencialista, mas como um fato inequívoco: “Nossas consciências deverão ser sacudidas pelo fato de estarmos contemplando a autodestruição baseada na predação capitalista, racista e patriarcal”. As vozes que se erguem dos povos indígenas, das comunidades locais, das mulheres em toda a sua diversidade, das pessoas de gênero diverso, dos povos afrodescendentes e dos jovens que lutam contra as

desigualdades sociais, o extrativismo e a destruição ambiental continuarão a ecoar enquanto os nossos direitos, territórios, meios de subsistência, conhecimentos tradicionais, cosmovisões e corpos permanecerem ameaçados. As nossas palavras, enraizadas nos espíritos ancestrais, na investigação baseada em evidências e nas epistemologias do Sul, deixam um legado de resistência, resiliência, cultura política e transformação para proteger os ecossistemas florestais e a vida natural que ainda restam no mundo.

Esta edição da Forest Cover, com artigos de grupos membros da Global Forest Coalition em seis países, busca politizar a discussão ambiental com achados locais, em um momento de turbulência política em que decisões imediatas devem ser tomadas para criar territórios livres de extrativismo, exploração de combustíveis fósseis e agronegócio. Aqui, destacamos as vozes das pessoas mais afetadas pelas plantações industriais de árvores em monocultura, pela expansão do agronegócio e pelas indústrias extrativas. Nos locais descritos nos artigos do Brasil, Bolívia, China, Geórgia, Indonésia, Nepal e Paraguai, as florestas são consideradas fontes de commodities a serem dizimadas, saqueadas e controladas,

semelhante ao que ocorre com os corpos das mulheres sob um dualismo hierárquico, seguindo as ideias do antigo modelo clássico do extrativismo colonial.

Os artigos aqui apresentados expõem um modelo predatório em colapso, examinando as plantações industriais de árvores em monocultura e outras falsas soluções para as mudanças climáticas, as violações dos direitos humanos, a expansão das commodities agrícolas e o extrativismo, destacando os impactos diferenciados por gênero dessas questões. O objetivo da pesquisa é expor o impacto das indústrias extrativas e dos interesses corporativos nas florestas, na biodiversidade e nas comunidades, com foco em como os povos indígenas, as comunidades locais, as mulheres em toda a sua diversidade e os jovens resistem às ameaças e pressões atuais por meio da resiliência comunitária.

Nossa abordagem para avaliar impactos diferenciados por gênero

Os casos aqui apresentados ajudam-nos a compreender como o extrativismo, as plantações industriais de árvores em monocultura e o agronegócio (incluindo a

pecuária insustentável) afetam os detentores dos direitos, os seus meios de subsistência e conhecimentos tradicionais, tornando-se um obstáculo à concretização de mudanças transformadoras para salvar o planeta. Os artigos foram desenvolvidos utilizando **critérios metodológicos** para documentar os impactos diferenciados por gênero nas florestas e comunidades, com base na afirmação de que as políticas que definem a organização, produção e consumo da sociedade, e os efeitos do desmatamento, degradação florestal e mudanças climáticas causados pelo modelo econômico atual, estão acelerando o declínio de todas as formas de vida e são consequência dos legados coloniais no Sul Global.

Esta metodologia com perspectiva de gênero visa promover as epistemologias do Sul Global, desafiando os sistemas de conhecimento eurocêntricos e enfatizando a recuperação e valorização do conhecimento das mulheres em toda a sua diversidade, das pessoas de gêneros diversos, dos jovens, dos povos indígenas e das comunidades locais, no enfrentamento das causas diretas do desmatamento, das mudanças climáticas e das violações dos direitos humanos.

Líderes indonésios e chineses, na vanguarda da defesa de comunidades e florestas, se reúnem em Sumatra do Norte, Indonésia. **EPN**





No Mato Grosso do Sul, Brasil, a Suzano converteu grande parte da floresta nativa do Cerrado em plantações de eucalipto na última década. **Orin Lanegelle/GJEP**

Foi desenvolvida seguindo ferramentas de avaliação de impacto de gênero e diretrizes de análise de gênero para apoiar a integração de abordagens de gênero e interseccionalidade de acordo com os contextos locais, regionais e nacionais. Nossos membros usaram essa ferramenta como base para criar seus próprios critérios metodológicos de gênero, mapear a coleta de dados, medir conquistas e desafios e apoiar seu compromisso com a descolonização de saberes.

Seis Casos de Paisagens Florestais Críticas no Sul Global

O primeiro artigo, do **Global Justice Ecology Project (GJEP)**, expõe os efeitos das plantações de eucalipto sobre a água, a saúde, a soberania alimentar e os sistemas de conhecimentos tradicionais em uma comunidade quilombola de Volta Miúda, Caravelas, na Bahia, Brasil. Empresas como a Suzano são responsáveis pela enorme devastação ecológica na área e continuam

pulverizando glifosato e ameaçando a biodiversidade.

Além disso, novas e irreversíveis ameaças do uso de eucaliptos transgênicos (também chamados de geneticamente modificados ou EGM) estão alarmando a comunidade e os especialistas. Em uma decisão histórica e devastadora, o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a aprovar árvores transgênicas para plantio comercial depois de conceder à Suzano a aprovação para plantar comercialmente eucaliptos transgênicos.

A Suzano planeja expandir suas plantações industriais na Amazônia brasileira e no Cerrado, um dos ecossistemas mais biodiversos da Terra e um importante sumidouro de carbono. Se a expansão das árvores transgênicas continuar, afetará não apenas o equilíbrio ecológico e social dos biomas brasileiros, mas também abrirá as portas para a disseminação dessa perigosa ameaça para outros países da região. Nesse contexto devastador, o primeiro artigo é um

apelo global para exigir soluções climáticas, rejeitar o *greenwashing* corporativo e abraçar a agroecologia, a soberania alimentar, o conhecimento tradicional e a proteção das florestas orientada pela comunidade.

O segundo caso, compartilhado pela **Environmental Paper Network (EPN) China**, esclarece a questão urgente das plantações de madeira para celulose e suas semelhanças na China e na Indonésia. Os investimentos chineses e a crescente demanda doméstica por papel impulsionaram a rápida expansão da celulose na Indonésia, destruindo vastas áreas de floresta tropical. Grande parte dos impactos sociais e ambientais causados por essa rápida expansão foram produzidos pelas empresas manufactureiras Asia Pulp and Paper (APP) e Asia Pacific Resources International Limited (APRIL), que têm fortes laços com a China. As trocas entre mulheres militantes e ativistas da China e da Indonésia documentadas no artigo aprofundaram a compreensão de como os investimentos e o consumo chineses estão prejudicando as

florestas indonésias e fortaleceram os esforços locais para combater essas ameaças com soluções lideradas pela comunidade.

No Paraguai, o caso apresentado pelo **Centro de Estudios Heñói** mostra como o distrito de Bahía Negra, localizado no extremo norte do Chaco paraguaio, próximo à fronteira com a Bolívia e o Brasil, tornou-se o principal foco da expansão capitalista extrativista. O agronegócio representa uma ameaça à vida selvagem, ecorregiões e comunidades locais, particularmente mulheres rurais e indígenas.

A expansão da pecuária industrial e da agricultura mecanizada (soja, milho, sorgo, algodão e pastagens) tem um custo socioambiental muito alto. Isso se traduz em mais desmatamento, perda de biodiversidade e o deslocamento dos povos indígenas do Chaco, cujos direitos aos territórios ancestrais estão ameaçados. Nesse contexto, o governo continua entregando terras sujeitas à reforma agrária a grileiros locais, enquanto continua um ciclo violento de desapropriação, empobrecimento, exclusão social, injustiças de gênero e violência do Estado.

O caso do Paraguai expõe a realidade da comunidade local, a situação dos direitos das mulheres indígenas e rurais, e exige ações imediatas para garantir políticas públicas socioambientais e marcos regulatórios que assegurem a igualdade de gênero, o respeito aos direitos humanos e ao conhecimento tradicional, bem como para deter a expansão dessas atividades destrutivas no país.

Da mesma forma, o artigo do **Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA)** da Bolívia expõe uma realidade devastadora, em que a produção de soja experimenta uma rápida expansão e causa danos ambientais desde a década de 1970. A crescente demanda internacional por agro-commodities está motivando o governo boliviano a desenvolver incentivos perversos, como a política nacional de apoio à produção não sustentável de soja nos departamentos de La Paz e Beni, com US\$43 milhões a serem implementados entre 2025 e 2030.

Além disso, somente em 2024, os incêndios florestais na Bolívia destruíram 12,6 milhões de hectares, 60% dos quais eram florestas, quebrando recordes para sua pior temporada

de incêndios e queimando uma área duas vezes maior que a Holanda. Essa realidade sem precedentes não apenas deixou uma enorme devastação ecológica e perda de biodiversidade em um contexto extrativista já complicado, mas também colocou mais pressão sobre as mulheres indígenas e rurais que sofrem consequências desproporcionais.

As terras legalmente reconhecidas dos povos indígenas e comunidades locais na Bolívia enfrentam uma ameaça crescente: áreas significativas dos territórios estão sendo ilegalmente “alugadas” a terceiros, apesar de seu status legal de propriedade coletiva e inalienável das comunidades indígenas. O avanço da fronteira agrícola está forçando as comunidades locais a assinarem “acordos” para converter essas terras legalmente reconhecidas para a produção agroindustrial, o que está causando desmatamento, desigualdades de gênero e violações dos direitos humanos.

De mulheres indígenas e rurais que resistem à expansão das agro-commodities na América do Sul a lutas conectadas contra as indústrias extrativas na Europa Oriental e no Sul da Ásia, os casos apresentados nesta

Fazenda de gado no Chaco Paraguai. **Elisa Marecos e Sandino Flecha/Heñói**

“O objetivo da pesquisa é expor o impacto das indústrias extrativas e dos interesses corporativos nas florestas, na biodiversidade e nas comunidades, com foco em como os povos indígenas, as comunidades locais, as mulheres em toda a sua diversidade e os jovens resistem às ameaças e pressões atuais por meio da resiliência comunitária.”

Valentina Figuera Martínez, Coalizão Mundial das Florestas





A casa de uma família indígena Chepang, que está prestes a ser removida devido à expansão da mineração em Makawanpur, Nepal. **NAFAN**

edição da *Forest Cover* expõem realidades semelhantes em diferentes contextos. Os casos expõem a necessidade de resolver problemas estruturais no atual sistema econômico voltado para a exportação, que está incentivando os países do Sul Global a degradarem e destruírem os ecossistemas.

O artigo da **Iniciativa Ambiental Local** da Geórgia, descreve a agitação em Chiatura, na região centro-oeste do país, devido à mineração descontrolada de manganês, que devastou a terra e a água, prejudicou a saúde da comunidade e aprofundou a desigualdade de gênero, levando à agitação social.

Apesar dessa realidade, o povo de Chiatura está cada vez mais defendendo seus direitos, e seu exemplo mostra como um movimento que começou como um descontentamento entre os mineiros se transformou em protestos de rua, greves de fome e atos desesperados, incluindo costurar bocas

fechadas. O artigo também demonstra como o povo de Chiatura está chamando a atenção para o legado destrutivo da mineração de manganês, que enriqueceu as empresas, mas deixou os moradores empobrecidos, sua saúde comprometida, seus direitos violados e suas casas em ruínas.

Na Geórgia, como em muitos outros países sobre os quais lemos aqui, as mulheres carregam o fardo mais pesado do dano ambiental e da convulsão social. As mulheres estão em sua maioria desempregadas, sobrecarregadas com trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e excluídas da força de trabalho por causa dessa realidade desigual. No entanto, o artigo expõe uma demanda urgente: a tomada de decisões inclusiva, sensível às questões de gênero e orientada pela comunidade para enfrentar os interesses corporativos e as fissuras na terra — e na sociedade.

Governos e corporações frequentemente promovem a chamada "mineração responsável", com barragens e infraestrutura em grande escala, como "soluções" de desenvolvimento. No entanto, como mostra o caso apresentado pelo **National Forum for Advocacy Nepal (NAFAN)** sobre empresas de mineração, para as comunidades locais, esses projetos trazem desapropriação, colapso ambiental e aprofundamento da desigualdade.

No Nepal, o povo Chepang, um grupo indígena que vive na acidentada cordilheira de Mahabharat, está enfrentando a destruição de suas terras por empresas de mineração que avançam sem o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Em particular, a fábrica da Huaxin Cement Narayani na fronteira entre Dhading e Chitwan — uma parceria entre a China e o Nepal. As consequências têm sido devastadoras: violações dos direitos

“As florestas não são 'produtos financeiros verdes' com um valor monetário concedido por uma mão invisível. As florestas não são ativos negociáveis para compensar os danos ambientais, nem fornecedores de matéria-prima para alimentar a ideologia do 'progresso' e da acumulação capitalista sem fim.”

Valentina Figuera Martínez, Coalizão Mundial das Florestas



Desmatamento no município de Ascensión de Guarayos, Bolívia, devido à expansão da fronteira agrícola. **Mario Vargas/CIPCA**

humanos, sobrecarga de gênero e graves danos ecológicos. Mas, paralelamente a esses danos, há uma história de resistência comunitária, liderada em muitos casos pelas mulheres Chepang.

O povo Chepang não ficou calado. Organizaram protestos, bloquearam estradas e tomaram medidas legais para defender suas terras ancestrais. Em 2024, líderes comunitários pararam caminhões que transportavam pedras do leito do rio Manahari. E apesar da intimidação policial, os Chepang conquistaram algumas vitórias. Por exemplo, em Chitwan, os protestos levaram as autoridades a suspender as operações na pedreira Supar/Starline. Em Dhading, os moradores continuam as batalhas legais para responsabilizar a Shree Kumari Mata. Em toda a região, as mulheres líderes estão levantando suas vozes e exigindo o reconhecimento dos direitos à terra, a proteção do patrimônio cultural e a participação genuína na tomada de decisões.

Política Florestal em Foco

Antes da 30ª Conferência do Clima da ONU e da Cúpula dos Povos em Belém, Brasil, a Global Forest Coalition levanta-se firme com as [demandas urgentes dos movimentos populares](#): a suspensão das atividades extrativistas, incluindo o grande agronegócio e as plantações industriais de árvores em monocultura, a responsabilização de empresas e governos, a justiça de gênero e ambiental, o reconhecimento de direitos, reparações materiais e o desmantelamento do modelo de crescimento econômico infinito como ações essenciais para as metas climáticas e de biodiversidade.

As florestas não são "produtos financeiros verdes" com um valor monetário concedido por uma mão invisível. As florestas não são ativos negociáveis para compensar os danos ambientais, nem fornecedores de matéria-prima para alimentar a ideologia do "progresso" e da acumulação capitalista

sem fim. O problema premente do desmatamento não é uma "falha de mercado" que pode ser corrigida com mecanismos como o [Fundo Florestas Tropicais para Sempre \(TFFF\)](#), outra falsa solução para o problema da perda de florestas e do caos climático.

As florestas são ecossistemas vivos complexos com valor ecológico, cultural e espiritual intrínseco e têm sido protegidas e comanejadas por milênios por povos indígenas, comunidades locais, mulheres em toda a sua diversidade e jovens, de acordo com as leis consuetudinárias e práticas culturais tradicionais. Nesse espírito, apresentamos a Forest Cover 69, que esperamos contribua para a compreensão das soluções reais existentes para as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e o desmatamento. ■

Grandes empresas tecnológicas provocan desastre ambiental y socioeconómico bajo el pretexto de responsabilidad climática en Brasil

Por **Heather Lee**, Proyecto de Ecología y Justicia Global y Campaña para Detener a los Árboles Transgénicos, Canadá

Irmãs em acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Galdino dos Santos, Espírito Santo, Brasil. **Orin Langelle/GJEP**

Las plantaciones de monocultivo de árboles para las compensaciones de carbono están invadiendo extensas zonas de bosques nativos, destruyendo ecosistemas, desplazando a comunidades y violando los derechos humanos, en particular los de las mujeres afrodescendientes. Este artículo sobre Brasil expone cómo los gigantes tecnológicos están impulsando la expansión de estas plantaciones, y pide que se rechacen estas falsas soluciones a la crisis climática en la COP30 de Belém.

A medida que la inteligencia artificial (IA), los centros de datos y las infraestructuras digitales demandan cantidades cada vez mayores de energía, los gigantes tecnológicos y las grandes empresas recurren a los mercados de compensación de carbono para mantener una fachada de responsabilidad climática. Esto incluye a [empresas como Microsoft y Apple](#), que compensan sus emisiones de gases de efecto invernadero mediante la [compra de créditos de carbono de plantaciones de eucalipto](#) en Brasil.

Estas plantaciones industriales de árboles están experimentando una rápida expansión, impulsadas por empresas transnacionales como [Suzano, el mayor productor mundial de pulpa y papel](#). Presentadas como soluciones climáticas, las plantaciones de árboles mercantilizan la naturaleza, al tiempo que [destruyen los ecosistemas, desplazan a las comunidades y provocan violaciones de los derechos humanos](#).

Asimismo, los cálculos del carbono almacenado en las plantaciones son

cuestionables. No tienen en cuenta las enormes cantidades de carbono liberadas por la tala indiscriminada de bosques nativos, que son mucho más ricos en carbono y biodiversidad, para dar cabida a las plantaciones. El resultado es árboles plantados en filas y columnas perfectas, óptimas para la cosecha mecánica y la fumigación con herbicidas, con una falta total de biodiversidad; sin embargo, las empresas que compran los créditos pueden promocionarse falsamente como “verdes” y “neutras en carbono”.

Estas plantaciones son soluciones falsas al cambio climático, ya que no abordan las causas de la deforestación de los bosques naturales, y de hecho, pueden ocasionar su tala. Además, refuerzan un sistema económico patriarcal y dominado por las empresas que oprime a las mujeres en toda su diversidad, a los pueblos indígenas y a las comunidades rurales.

Los impactos de género y coloniales de las plantaciones industriales de árboles

El fenómeno de las plantaciones de monocultivo de árboles puede ser relativamente nuevo, pero es un legado de la apropiación colonial de tierras arraigada en el control patriarcal de los recursos, y sigue impulsando el despojo. En Brasil, el Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST) ha ido reclamando las tierras de las plantaciones para los asentamientos de campesinos sin tierra. Pero las plantaciones masivas de empresas como Suzano siguen amenazando los medios de vida, las prácticas culturales y la salud de los quilombolas y otras comunidades que dependen de los bosques, incluyendo los Pueblos Indígenas que dependen de los bosques intactos y las prácticas agroecológicas para su soberanía alimentaria, identidad cultural y supervivencia.

En 2023, [la Campaña para detener los árboles transgénicos](#), coordinada por la ONG norteamericana Global Justice

Ecology Project, encabezó [una delegación a Brasil](#) para colaborar con las comunidades y [recabar testimonios](#) sobre los efectos de las plantaciones de eucalipto en el agua, la salud, los sistemas alimentarios y la supervivencia cultural.

Celio Leocadio, líder de una comunidad quilombola de Volta Miúda, Caravelas, Bahía, afirmó que la plantación de eucaliptos en Espírito Santo y Bahía tuvo graves impactos ambientales y socioeconómicos. “Eliminaron la cubierta vegetal nativa y todos los nutrientes del suelo. Aquí la gente solía practicar la agrosilvicultura, utilizaba cultivos de cobertura y dejaba descansar la tierra, pero ahora, con el eucalipto, el suelo no descansa”, dijo. “Este modelo de plantaciones sin ningún tipo de requisito medioambiental por parte de nuestros gobiernos nacionales y mundiales nos dificulta enormemente la vida como sociedad, especialmente a los Pueblos Indígenas y dependientes de los bosques”.

Varias comunidades del Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST) con las que

nos reunimos también llevan a cabo una importante labor agroecológica, capacitando a la población de la región en el cultivo de alimentos orgánicos. El trabajo agroecológico y agroforestal realizado por las comunidades quilombolas [se ve profundamente afectado](#) por la escasez de agua, la destrucción de ecosistemas de plantas medicinales fundamentales para los sistemas de conocimientos tradicionales y el deterioro de las fuentes locales de alimentos.

Las comunidades también están expuestas a los agroquímicos de las plantaciones de árboles, [incluido el glifosato](#), cuyo uso se ha relacionado con diversos problemas de salud, entre ellos [un mayor riesgo de cáncer](#). Las mujeres, como cuidadoras del agua, la salud y el sustento de la familia, son las más afectadas por estos impactos.

Las mujeres del pueblo quilombola de Angelim II, una comunidad matriarcal rodeada de plantaciones de eucaliptos y caña de azúcar, [nos dieron testimonio](#)

sobre los impactos de los agroquímicos de Suzano en su medio ambiente. Dijeron que ya no podían vender sus productos como orgánicos y que gran parte de su ganado había enfermado o muerto debido a los herbicidas, que se rociaban con drones. También declararon que Suzano utiliza drones de vigilancia para controlar sus actividades, invadiendo su privacidad y sus hogares.

Las nuevas amenazas irreversibles de los árboles transgénicos

Los campesinos brasileños se enfrentan ahora a una amenaza aún mayor: los eucaliptos modificados genéticamente (también llamados transgénicos). En una decisión histórica y devastadora, Brasil se convirtió en el primer país del mundo en aprobar los árboles transgénicos para su plantación comercial después de [conceder a Suzano la autorización para plantar comercialmente eucaliptos transgénicos](#). Estos árboles transgénicos están diseñados para resistir herbicidas tóxicos como el glifosato, matar insectos

Máquina de colheita operando em uma plantação de eucalipto. **Anne Petermann/GJEP**

“Las grandes plantaciones no albergan vida silvestre, y la única biodiversidad que se encuentra en ellas es hormigas y termitas.”

Anne Petermann, directora ejecutiva de la Campaña para Detener los Árboles Transgénicos





O ativista quilombola Célio Pinheiro Leocádio segura uma muda de eucalipto próximo a uma plantação de eucalipto recentemente colhida e replantada. **Orin Langelle/GJEP**

“Eliminaron la cubierta vegetal nativa y todos los nutrientes del suelo. Aquí la gente solía practicar la agrosilvicultura, utilizaba cultivos de cobertura y dejaba descansar la tierra, pero ahora, con el eucalipto, el suelo no descansa”

Celio Leocádio, un líder de una comunidad quilombo de Volta Miúda

(incluidos los polinizadores) y crecer rápidamente. Es alarmante que algunos de los árboles transgénicos combinen estas tres características.

Moisés Savian del Ministerio de Desarrollo Agrario de Brasil identificó los intereses corporativos como **la fuerza impulsora** detrás de la promoción del eucalipto transgénico, afirmando que “En mi visión, no tiene sentido tener un [eucalipto] transgénico asociado al glifosato. Está mucho más ligado a los intereses comerciales de las empresas que quieren vender herbicidas”.

Estos árboles transgénicos aumentarán el uso de agroquímicos, amenazarán la biodiversidad y dañarán los frágiles sistemas hídricos. El problema va en aumento; **Suzano tiene previsto ampliar sus plantaciones en la Amazonía y el Cerrado**, dos de los ecosistemas con mayor biodiversidad del planeta y sumideros de carbono fundamentales. El productor de papel y celulosa ha calificado la región amazónica como una de las regiones “infestadas de maleza” que necesitan sus árboles transgénicos

resistentes a los herbicidas, lo que suscita graves preocupaciones ecológicas y sociales.

Durante una conferencia de prensa de GJEP en la COP 16 del CDB en Cali, el Jefe Elvis Huni Kui, de la Federación del Pueblo Huni Kui del estado de Acre (Brasil), afirmó que los árboles transgénicos “podrían destruir por completo el equilibrio del ecosistema del Amazonas... Esto es una puñalada en la garganta de nuestras selvas tropicales... La propia supervivencia de la Amazonía está en juego”.

Suzano también está construyendo la fábrica de pasta y papel más grande del mundo en una pequeña localidad rural en Mato Grosso do Sul. El proyecto amenaza con causar graves daños a los hábitats naturales, la biodiversidad, el agua y el aire, y con provocar una afluencia de población devastadora y precipitada. Los **10 000 trabajadores**, la mayoría de los cuales residen en campamentos cercanos dominados por hombres, también **umentan la amenaza de violencia hacia la población local**, especialmente las mujeres.

Repercusiones regionales y globales

La aprobación de los árboles transgénicos en Brasil no solo pone en peligro los bosques y el pueblo, sino que también amenaza con abrir las compuertas en toda América Latina a la comercialización generalizada y la liberación a gran escala de árboles transgénicos. **Ya se han establecido plantaciones de eucalipto a gran escala** en Colombia, Venezuela, Chile, Argentina, Paraguay y Uruguay. Los rasgos transgénicos de Brasil podrían propagarse a las especies de eucalipto naturalizadas en toda la región, amenazando la biodiversidad transfronteriza y la integridad territorial de las comunidades indígenas y locales.

Como **explicó Gustavo Ulcué Campo**, del pueblo Nasa y de la Comisión Nacional de Territorios Indígenas (CNTI) de Colombia: “Los árboles transgénicos amenazan el modo de vida, los conocimientos ancestrales y los sistemas alimentarios de los Pueblos Indígenas. ¡Defender los territorios es defender la vida!”.

Violaciones de derechos y rechazo de los conocimientos indígenas

La ingeniería genética de los árboles es una tecnología peligrosa, no probada e irreversible. Los árboles transgénicos reproducen el pensamiento colonial: imponer soluciones tecnológicas corporativas sobre el conocimiento indígena y el equilibrio ecológico. También existen retos fundamentales en relación con la evaluación de riesgos de los árboles transgénicos, debido a cómo se enmarcan los riesgos desde diferentes puntos de vista ecológicos.

Tom Goldtooth, director de la Indigenous Environmental Network, considera que los árboles transgénicos son una violación de nuestra forma de ver todas las formas de vida y del conocimiento de los pueblos indígenas. “Esto forma parte de una mentalidad colonial depredadora que intenta apropiarse del conocimiento y de la vida. Cuando hablamos de nuestros derechos, también hablamos de los bosques”.

La ingeniería genética también puede provocar cambios imprevistos e impredecibles en el ADN, los rasgos y el comportamiento de los árboles, que pueden pasar desapercibidos en las pruebas iniciales y causar graves daños a largo plazo. La genetista Ricarda Steinbrecher, científica independiente de EcoNexus y de la Federación de Científicos Alemanes, [advirtió en 2023](#) que

“Esto forma parte de una mentalidad colonial depredadora que intenta apropiarse del conocimiento y de la vida. Cuando hablamos de nuestros derechos, también hablamos de los bosques.”

Tom Goldtooth,
Indigenous Environmental Network

“los riesgos de los árboles transgénicos son extremadamente altos en términos de impacto en la biodiversidad, las personas que viven a su alrededor y el ecosistema y el clima globales”.

Los árboles transgénicos también podrían incluirse en soluciones falsas como

REDD+ y los mercados de compensación de carbono, lo que supondría una amenaza adicional para las comunidades al aumentar el interés por esta tecnología arriesgada. La empresa Living Carbon está creando árboles que resisten la descomposición para “almacenar carbono”, potencialmente para siempre, mientras que otras manipulan la lignina — el material duro y leñoso que da rigidez a los árboles y ralentiza su descomposición — para su uso como biocombustible, alterando la esencia misma de los árboles y transformando su relación con el ecosistema.

“¿Quién tendría la insensatez [y] la fealdad de tomar la semilla de este pariente y alterarla de cualquier manera que se les ocurra y de cualquier forma que les permitan esos laboratorios?”, preguntó Casey Camp-Horinek, embajadora para el medio ambiente de la nación Ponca, en [una intervención en 2024](#). “Duele ver cómo estos humanos están ideando estas falsas soluciones a lo que ellos mismos han creado, lo que llaman cambio climático”. ■

Angelim II é uma comunidade quilombola no Espírito Santo, Brasil, totalmente cercada por plantações de eucalipto e cana-de-açúcar. [Orin Langelle/GJEP](#)



China e Indonésia

De Sumatra a Yunnan: como as trocas além das fronteiras estão fortalecendo mulheres para liderar a justiça florestal

Por **Wen Bo y Kim Porter**, Environmental Paper Network (EPN), China e EUA



Os participantes aprendem como as concessões florestais afetaram as comunidades indígenas, especialmente as mulheres, no norte de Sumatra, na Indonésia. **EPN**

Quando mulheres da China e da Indonésia se encontraram pela primeira vez em Sumatra, há quase 20 anos, descobriram que suas lutas para proteger as florestas estavam profundamente interligadas. O que começou como uma troca de histórias e estratégias cresceu e se tornou uma poderosa rede liderada por mulheres, unindo líderes comunitárias além das fronteiras para combater indústrias destrutivas, influenciar investidores e construir solidariedade pela justiça florestal.

Em 2006, Zhang Huiying, então diretora de programas do Centro Ecológico de Wuhu, no leste da China, viajou para Sumatra, na Indonésia, em uma missão de investigação para avaliar os impactos sociais e ambientais de uma plantação de madeira para celulose. “A devastação que vi foi chocante”, refletiu ela mais tarde. “Mas a determinação das mulheres locais em proteger suas florestas me mostrou que nossas lutas estavam conectadas. Precisávamos agir juntas.”

Essa missão, organizada pela Environmental Paper Network (EPN) e viabilizada pela liderança de parcerias indonésias, marcou o primeiro encontro entre mulheres líderes de base da China e da Indonésia. Foi o início de uma colaboração duradoura na qual mulheres dos dois países compartilharam estratégias, apoiaram as campanhas umas das outras e enfrentaram algumas das empresas de celulose e papel mais poderosas do mundo.

As Raízes da Conexão

A viagem a Sumatra em 2006 foi motivada por ameaças urgentes. Os investimentos chineses e a crescente demanda interna por papel estavam impulsionando uma rápida

expansão da indústria de celulose na Indonésia, destruindo vastas áreas de floresta tropical. Grande parte desse processo foi liderada pelas indústrias Asia Pulp and Paper (APP) e Asia Pacific Resources International Limited (APRIL), as quais possuem fortes laços com a China.

No local, as representantes chinesas, incluindo Zhang e a ativista Ding Jie,

“Ya no se trataba de una cuestión abstracta relacionada con la cadena de suministro, se trataba de mujeres reales, familias reales y nuestra responsabilidad mutua.”

Ding Jie, directora del Centro de Desarrollo Comunitario Wuhu Qingye en la provincia de Anhui

encontraram mulheres indígenas cuja subsistência dependia de recursos florestais, como árvores de incenso. Elas descobriram que a conversão de florestas diversificadas em plantações de eucalipto para celulose pelas empresas havia esgotado a biodiversidade, reduzido a disponibilidade de água e forçado as mulheres a viajar cada vez mais longe para coletar água potável.

Construindo uma Rede Liderada por Mulheres

Após o intercâmbio em Sumatra, a EPN começou a apoiar oportunidades estruturadas para que ativistas mulheres da China e da Indonésia aprendessem umas com as outras. Em 2014, ativistas chinesas voltaram a Sumatra, enquanto mulheres líderes da Indonésia viajaram à China para um simpósio e uma viagem de aprendizado. Essas trocas aprofundaram a compreensão de como os investimentos e o consumo chineses estavam prejudicando as florestas indonésias e deram às parceiras indonésias uma visão sobre como as ONGs chinesas poderiam ajudar a aumentar a conscientização em seu país.

Cada visita combinava observações da comunidade com sessões estratégicas. As mulheres documentaram o desmatamento ilegal, os danos causados por agrotóxicos às árvores de incenso e a apropriação de terras que afetava comunidades étnicas minoritárias. Elas também discutiram táticas — desde incidência na mídia até o envolvimento de investidores — para responsabilizar as empresas.

Ding Jie aplicou essas lições ao seu próprio trabalho. Ela agora [lidera projetos de desenvolvimento sustentável em comunidades rurais no sul da China](#), enfrentando as mudanças climáticas com soluções práticas e impulsionadas localmente. Refletindo sobre sua jornada, ela disse: “Liderança significa ter uma visão voltada para o futuro, orientar equipes diversificadas em direção ao crescimento e abraçar a inclusão para promover o bem-estar público e o desenvolvimento ecológico”.

Conectando as lutas entre as regiões

Os desafios comuns observados por Zhang e Ding eram profundos. Na província chinesa de Yunnan, por exemplo, plantações de madeira para celulose, projetos hidrelétricos e mineração deslocaram comunidades indígenas Miao, Zhuang, Wa, Yi e Dai, corroeram a biodiversidade e destruíram

bacias hidrográficas. As mulheres locais enfrentavam dinâmicas semelhantes às observadas na Indonésia: empresas poderosas, avaliações de impacto ambiental inadequadas e desrespeito aos direitos da comunidade.

As trocas permitiram às participantes reconhecer padrões no comportamento corporativo e identificar oportunidades para incidência conjunta. Em uma ocasião, ativistas chinesas que haviam conhecido colhedores de árvores de incenso em Sumatra compartilharam suas histórias com financiadores chineses, destacando os impactos de gênero das plantações de celulose.

Estratégia e Solidariedade em Yunnan

Em 2017, a EPN organizou um encontro para a elaboração de estratégias em Xishuangbanna, Yunnan, reunindo 40

ativistas de 14 países. As líderes indonésias e chinesas compartilharam atualizações sobre suas campanhas e formaram alianças com participantes de toda a Ásia Oriental, estabelecendo as bases para uma colaboração contínua, troca de conhecimentos e ação coordenada sobre questões florestais e ambientais regionais.

O encontro também plantou as sementes para a organização local. Uma sociedade de preservação cultural Dai liderada por mulheres surgiu do encontro, com o objetivo de proteger a língua local, as práticas tradicionais e a profunda conexão da comunidade com a natureza. “Grande parte de nossa cultura e tradições está entrelaçada com as florestas tropicais, os pavões e os elefantes”, disse Yu Yinghan, que trabalhou como âncora de notícias na língua Dai e mais tarde fundou sua própria ONG após se inspirar nas ativistas ambientais que conheceu no encontro. “Percebi que defender nossa cultura também significa defender nossas florestas.”

A “árvore de olíbano” (*Styrax benzoin*) do norte de Sumatra produz uma resina com usos tradicionais e modernos. Além do seu valor econômico para as comunidades locais, também possui significado cultural e espiritual. **EPN**





Líderes indonésios e chineses se reúnem com membros da comunidade no norte de Sumatra para discutir a proteção florestal consuetudinária e os direitos indígenas. **EPN**

Aprendizado no território

Em 2019, três mulheres chinesas líderes de ONGs — Mao Jing, da Snow Alliance em Qinghai, Liu Rongrong, do Wuhu Ecology Center, e Hanna Ye, da CDP China — viajaram para Sumatra para visitar a comunidade indígena Nagasribu Onan Harbangan, que tem sido afetada pelas operações da empresa Toba Pulp Lestari. As organizações locais [Lembaga Pemberdayaan Ekonomi Dan Sosial Masyarakat \(LPSEM\) Riau](#) e [Kelompok Studi dan Pengembangan Prakarsa Masyarakat \(KSPPM\)](#), receberam a delegação, guiada pela líder conservacionista indonésia [Woro Supartinah](#). Ela explicou como as plantações de eucalipto haviam prejudicado a produção tradicional de incenso e aumentado a carga de trabalho doméstico das mulheres. A visita permitiu que as líderes trocassem experiências, testemunhassem os impactos da expansão da celulose nas comunidades e fortalecessem a solidariedade transfronteiriça na defesa do meio ambiente.

A viagem foi um intercâmbio mútuo: as participantes chinesas viram em primeira mão os danos causados às comunidades e os esforços de resistência locais, enquanto as anfitriãs indonésias obtiveram novas perspectivas sobre como suas lutas poderiam ser comunicadas aos investidores e tomadores de decisão na China.

Refletindo sobre sua visita, Hanna Ye disse: “À medida que os moradores compartilhavam como a Toba Pulp Lestari afetava suas vidas, desde folhas que não mais sinalizavam a colheita até chuvas sazonais de apenas meia hora causando deslizamentos de terra. Vimos o contraste gritante entre essas realidades e os termos ambientais que o mundo desenvolvido adora: COP, REDD, neutralidade de carbono, rastreabilidade, sistemas de certificação. A diferença entre a política e a realidade ficou evidente. Essas comunidades e as florestas que elas protegem são a verdadeira base de qualquer progresso ambiental.”

Novos desafios, respostas em evolução

Nos últimos anos, as ameaças às florestas tropicais da Indonésia se expandiram além das plantações de celulose para incluir propostas de mineração de níquel e fábricas de celulose de empresas como o Grupo Djarum, que possui vínculos na cadeia de suprimentos com a APP e a APRIL, muitas vezes com financiamento chinês.

Em 2023, a Principles for Responsible Investment (PRI) China, uma equipe formada exclusivamente por mulheres, e a Rainforest Foundation Norway organizaram uma viagem de estudos a Oslo para investidores chineses. A viagem expôs os participantes às práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) nórdicas para aplicar esses padrões aos investimentos chineses no exterior, incluindo na Indonésia. Essa iniciativa reflete a evolução das trocas da EPN: começando com visitas a comunidades de base, crescendo para uma colaboração transfronteiriça que envolve formuladores de

políticas e investidores e colocando consistentemente lideranças femininas no centro da defesa do meio ambiente.

Olhando para trás, indo adiante

Os intercâmbios liderados por mulheres entre a China e a Indonésia demonstraram o poder da diplomacia popular. Elas superaram diferenças culturais e políticas, elevaram as lutas locais a plataformas internacionais e cultivaram uma liderança estratégica e profundamente enraizada nas realidades da comunidade.

Refletindo sobre o impacto, Mao Jing, da Snow Alliance, disse: “Essas trocas além das fronteiras ajudam a enriquecer nossa compreensão sobre questões de desmatamento das quais não ouvíamos falar muito no passado. Podemos fazer muito na China para ajudar a proteger as florestas tropicais da Indonésia. Agora sentimos que essas florestas estão muito mais próximas de nós.”

Desde a primeira reunião em Sumatra até as sessões estratégicas em Yunnan e os diálogos com investidores em Oslo, esses intercâmbios têm se baseado na confiança, no respeito e em objetivos comuns. Eles

também enfrentaram barreiras: restrições financeiras, sensibilidades políticas e os desafios de garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas em espaços frequentemente dominados por homens.

Ainda assim, como refletiu Zhang Huiying, “cada vez que nos conectamos, plantamos sementes de mudança, enraizadas na esperança e que crescem em soluções. As raízes estão se espalhando — por florestas, por países, por gerações. Esperamos continuar construindo essa força compartilhada à medida que nos encontramos, aprendemos e crescemos juntas.” ■

O ambientalista indonésio Woro Supartinah lidera uma excursão com ativistas chineses e a EPN para investigar a destruição da floresta tropical em Riau, Indonésia. **EPN**

“Cada vez que nos conectamos, plantamos sementes de mudança, enraizadas na esperança e que crescem em soluções. As raízes estão se espalhando — por florestas, por países, por gerações.”

Zhang Huiying, ex diretor de programa do Centro Ecológico de Wuhu



Paraguai

O Chaco paraguaio sob ataque: o caso Bahía Negra

Por **Alhelí González** e **Sara Montiel**, Centro de Estudios Heñói, Paraguai

Desmatamento para pecuária no Chaco Paraguai. *Elisa Marecos e Sandino Flecha/Heñói*

O distrito de Bahía Negra, localizado no extremo norte do Chaco paraguaio, abriga três biomas que concentram uma grande biodiversidade no Paraguai: o Pantanal, o Cerrado e o Chaco seco. Este artigo destaca os conflitos socioambientais provocados pela expansão da pecuária e da agricultura extensiva, uma das principais causas da desflorestação e da concentração de terras no Paraguai, com especial ênfase nos impactos de gênero e na resistência das mulheres e jovens das comunidades indígenas e rurais.

O distrito de Bahía Negra, localizado no extremo norte do Chaco paraguaio, na fronteira com a Bolívia e o Brasil, abrange cerca de 3.610.000 hectares e tem uma população aproximada de 2.768 habitantes, sendo o território mais vasto e menos povoado do país. Além disso, abriga três importantes ecorregiões: o Pantanal, o Cerrado e o Chaco seco.

O Pantanal, compartilhado pelo Paraguai, Brasil e Bolívia, é o maior pantanal do mundo, abrigando uma das maiores concentrações de biodiversidade da América Latina. Destaca-se pela grande diversidade de espécies de aves características da região e mamíferos em risco de extinção, como a onça-pintada, o cervo-do-pantanal e uma abundante população de jacarés.

No entanto, essa riqueza natural não está isenta de ameaças. A região do Chaco se tornou o principal espaço para a expansão do capitalismo extrativista, representando uma ameaça à diversidade ecológica, às ecorregiões e às populações locais que habitam o território, particularmente para as mulheres rurais e indígenas.

O Chaco abriga uma grande diversidade de espécies vegetais e animais. E, por ser atravessado pelo rio Paraguai, possui áreas de florestas secas, pântanos, savanas e florestas ribeirinhas que permitem a conectividade entre diferentes ecossistemas. O rio tem sido historicamente um dos principais articuladores da vida da

A região do Chaco se tornou o principal espaço para a expansão do capitalismo extrativista, representando uma ameaça à diversidade ecológica, às ecorregiões e às populações locais que habitam o território, particularmente para as mulheres rurais e indígenas.

população, pois é fonte de alimentos e renda através da venda de peixes aos moradores da cidade. Além disso, é uma das poucas vias que permite o deslocamento das comunidades indígenas que se encontram isoladas por falta de infraestrutura rodoviária.

Os povos indígenas das nações Yshir e Ayoreo, assim como o grande ramo dos Tupí-Guaraní, dedicam-se desde tempos remotos à caça e à coleta como formas de subsistência, daí que o vínculo com a terra seja essencialmente oposto à tradição e à cultura ocidentais, pois não a veem como fonte de recursos, mas de vida, assim como o rio. A cultura Yshir coexiste com a ocidental na cidade de Bahía Negra, não sem contradições.

Nas comunidades Yshir, enquanto os homens se dedicam à caça e à pesca, ou trabalham em fazendas de gado em condições semifeudais, as mulheres realizam tarefas de cuidado, coleta e artesanato feito com fibras vegetais para venda. As relações patriarcais e a divisão sexual do trabalho estão muito enraizadas na cultura das comunidades, nas quais a liderança recai em maior medida sobre os homens. Embora o questionamento da condição subordinada e da opressão de gênero que vivem as mulheres indígenas deva partir de sua própria visão territorial, não é menos verdade que é necessário problematizar essas relações culturais sem que isso se torne um instrumento de poder

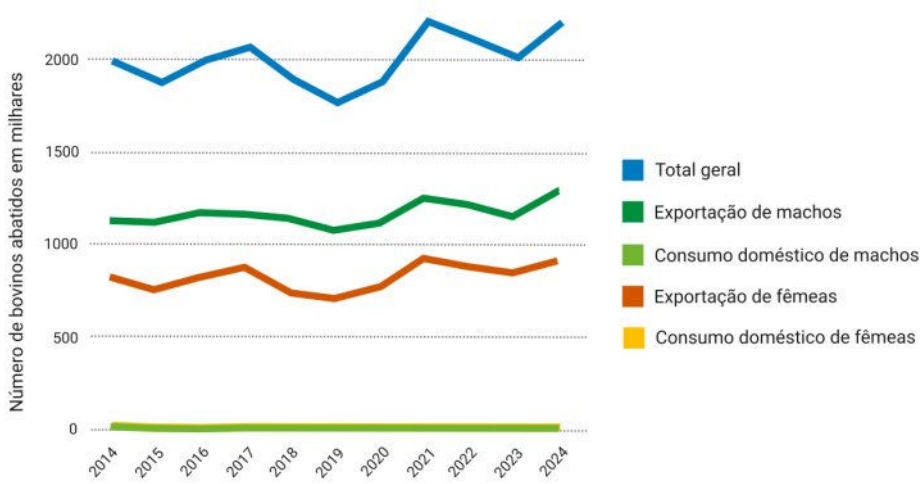


Gráfico 1. Faena de bovinos em frigoríficos por destino años 2014 - 2024. Elaboración propia con base en datos de la Secretaría Nacional de Calidad y Sanidad Animal (SENACSA, 2024).

para desqualificar as sociedades indígenas. A subordinação, baseada principalmente em noções colonialistas que consideram as culturas tradicionais e indígenas como “selvagens”, tem fortes implicações na vida das mulheres e jovens e reforça os essencialismos culturais. Por outro lado, as injustiças de gênero em nível comunitário, enraizadas no discurso da tradição, dificultam a participação política das mulheres e favorecem sua exclusão na tomada de decisões na comunidade. Nesse sentido, também é fundamental visibilizar as estratégias que muitas mulheres indígenas desenvolvem para discutir as tradições, a construção de visões próprias do que

significa ser mulher sem reproduzir noções hegemônicas e abrir espaços de participação comunitária mais justos.

No território, expressam-se um conjunto de complexidades, dado que convergem diversos eixos extrativistas que vão desde a pecuária industrial e as explorações prospectivas para a exploração mineira, particularmente de lítio, hidrocarbonetos e gás natural, até o desdobramento do capital imobiliário e da infraestrutura para o agronegócio, na tentativa de converter o distrito de Bahía Negra em um centro logístico empresarial e um ponto estratégico ligado à rota Bioceânica que conectará todo

o trajeto entre o oceano Pacífico e o Atlântico para facilitar o transporte de mercadorias agrícolas e minerais.

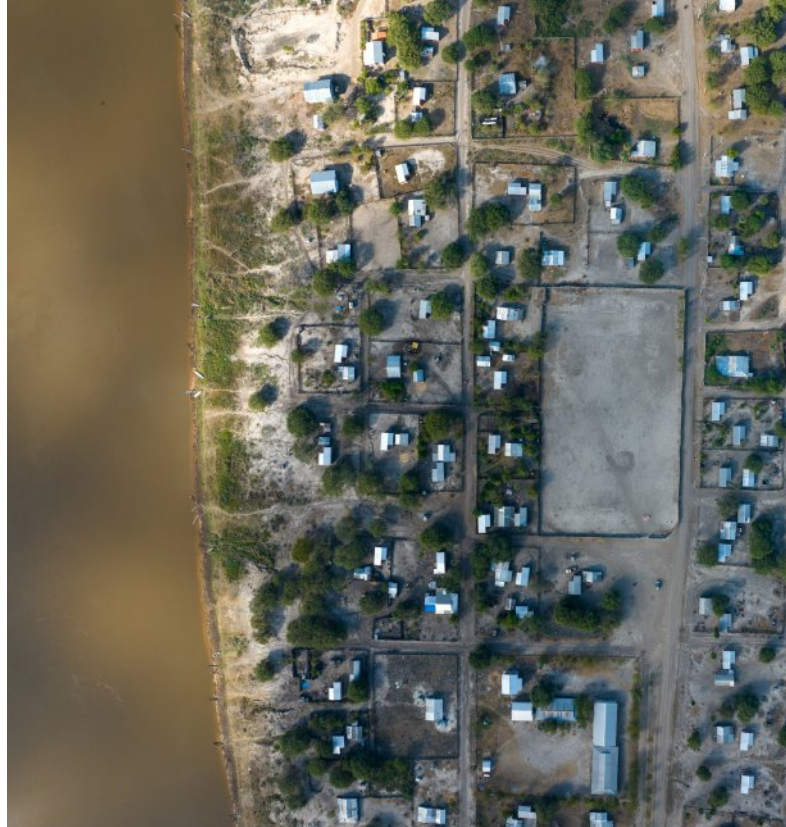
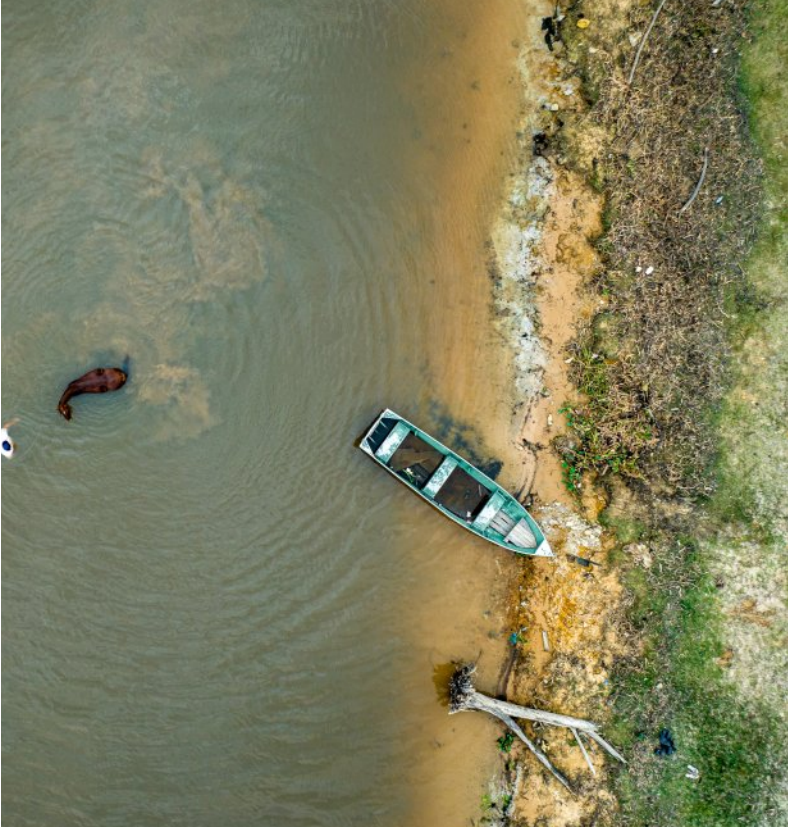
Para a população de Bahía Negra que habita as margens do rio Paraguai, um dos principais cursos d’água da região, a vida cotidiana transcorre entre a água e as já escassas florestas. O rio é vida para as comunidades originárias que, como os Yshir Ybytoso, habitam essas terras desde antes da constituição do Paraguai como Estado-nação. Junto com os Yshir também se encontram as comunidades pertencentes ao povo Ayoreo, única comunidade em isolamento voluntário na região, cuja vida e cultura estão ameaçadas pelo avanço da fronteira agrícola e pecuária para o agronegócio.

A ofensiva extrativista sobre o território

Desde o boom das commodities agrícolas no início dos anos 2000, o Chaco vem passando por profundas transformações socioterritoriais. A economia paraguaia, de matriz primária exportadora, tem a pecuária como uma das principais atividades econômicas e seu peso na estrutura produtiva é relativamente elevado.

Vista aérea da Bahía Negra (esquerda) e do Rio Paraguai (direita), na ecorregião do Pantanal, no Chaco Paraguai. *Elisa Marecos e Sandino Flecha/Heñói*





Um pescador banhando seu cavalo no Rio Paraguai (esquerda) e uma vista aérea da capital do distrito de Bahía Negra (direita). *Elisa Marecos e Sandino Flecha/Heñói*

O Paraguai ocupa a décima posição entre os maiores exportadores de carne bovina a nível global e **encerrou 2024 com um recorde de exportações** que representou um aumento de 11,9% em relação a 2023, equivalente a US\$ 2.439.336.476, tendo o Chile como principal destino das exportações de carne bovina. **Registros do Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal (SENACSA)** indicam que, no final de 2024, foram abatidos cerca de 2.213.203 cabeças de gado bovino, das quais 2.212.001 foram destinadas à exportação, gerando uma receita cambial de aproximadamente **US\$ 1,35 bilhão**, enquanto que para consumo interno foram abatidas 1.202 cabeças de gado bovino, conforme pode ser observado no gráfico 1 a seguir.

Como pode ser observado no gráfico acima, a produção industrial de carne tem como principal destino a exportação, o que explica o aumento sustentado dos preços da carne bovina no mercado interno e sua substituição por outras proteínas, como as obtidas da carne de aves ou suína, setores que experimentaram um aumento sem precedentes na última década, mas cujo estudo fica fora do escopo desta nota.

O setor pecuário conta com **291.497 fazendas com mais de 13 milhões de**

cabeças de gado bovino em todo o país. O poder econômico que concentra permite inferir o peso de sua influência relativa na elaboração de políticas agrícolas, incluindo a institucionalidade ligada ao agronegócio, que se reflete nos **diferentes programas de promoção da cadeia de valor** da produção bovina e na sinergia existente entre as instituições públicas e o setor privado em benefício deste último.

as mulheres indígenas estão expostas à violência contra seus corpos, especificamente no caso de meninas e adolescentes indígenas vítimas de exploração sexual.

A pecuária é uma das **principais causas da desflorestação e da concentração de terras no Paraguai**. Os dados obtidos a partir do último Censo Agropecuário Nacional realizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG) em 2022 mostram que, somente no distrito de Bahía Negra, foram registrados mais de 100 grandes estabelecimentos com um rebanho de cerca de 1.800.000 cabeças de gado, em sua maioria de propriedade de brasileiros.

Em nível nacional, **617 fazendas concentram mais de 10.000 hectares de terra cada uma** e, dessas, 536 somam 3.537.385 cabeças de gado bovino. Em contrapartida, 25.300 fazendas concentram menos de um hectare de terra cada uma, com um rebanho que totaliza **58.410 cabeças de gado distribuídas em 10.026 fazendas** dedicadas à pecuária em pequena escala e, em conjunto, a pecuária concentra cerca de 19 milhões de hectares.

A expansão da pecuária e da agricultura mecanizada (soja, milho, sorgo, algodão e pastagens) tem um custo socioambiental altíssimo. Isso se traduz em mais desmatamento, perda de biodiversidade e deslocamento de povos indígenas do Chaco, que veem ameaçados seus direitos sobre territórios ancestrais, juntamente com o consequente processo de empobrecimento, exclusão social, injustiças de gênero e violência estatal.

De maneira particular, **as mulheres indígenas estão expostas à violência contra seus corpos**, especificamente no caso de **meninas e adolescentes indígenas vítimas de exploração sexual**. Em um **estudo recente** sobre a situação da infância indígena no Paraguai, aponta-se que a pobreza extrema, a falta ou deficiência de infraestrutura

adequada à sua condição impedem o pleno exercício de outros direitos, como o acesso à educação e à saúde, o que leva meninas, meninos e adolescentes indígenas a serem empurrados pelas condições econômicas a abandonar suas comunidades para chegar às cidades e se expor a condições de extrema precariedade que reproduzem o ciclo de pobreza e marginalização da população indígena.

O acesso à terra é o principal conflito social que decorre da racionalidade com que opera o capitalismo agrícola, situação que se agrava quando envolve mulheres indígenas e camponesas, cujo direito à posse de terras comunitárias ou individuais não é amplamente reconhecido no país. Também não existem políticas públicas robustas destinadas a garantir a equidade de gênero na posse da terra, apesar de o Paraguai ser signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que estabelece participação e benefícios igualitários para as mulheres no contexto rural e de reforma agrária.

Na legitimação do modelo agroexportador, as instituições públicas têm desempenhado um papel preponderante. Destaca-se a posição do Instituto Nacional de

Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT) que, valendo-se de artifícios jurídicos, mantém uma política tácita de [entrega de terras sujeitas à reforma agrária aos grandes capitais locais e estrangeiros](#) ligados ao agronegócio. Esses títulos de origem fraudulenta agravam os conflitos em torno da terra entre os grandes latifundiários e as comunidades rurais, camponesas e indígenas que resistem para preservar seus territórios e práticas culturais ancestrais.

A abertura de novos mercados para a carne paraguaia agrava os problemas socioambientais nos territórios. Práticas como as [“queimadas controladas”](#), utilizadas para preparar os solos para a mudança de atividade produtiva, geraram gigantescos incêndios florestais que, em 2024, devastaram aproximadamente [230.000 hectares na região ocidental do país](#), dos quais aproximadamente 150.000 hectares estavam na zona do Parque Nacional Cerro Chovoreca, de acordo com [dados do Instituto Florestal Nacional \(INFONA\)](#). No início de 2025, o INFONA prorrogou o [prazo de suspensão total](#) da autorização de licenças de queimada para evitar incêndios florestais. Esse tipo de prática afeta principalmente florestas nativas e áreas de alto valor ecológico. A visita ao distrito e aos

territórios permitiu constatar que as reservas e os parques naturais estão cercados pela atividade pecuária no Chaco, enquanto grandes extensões de florestas foram apropriadas por latifundiários estrangeiros.

As mulheres rurais diante do avanço do agronegócio

O modelo extrativista destrói a vida nos territórios e fragmenta os laços sociais comunitários, sem oferecer alternativas que permitam à população rural, camponesa e indígena integrar-se às dinâmicas produtivas. Pelo contrário, expulsa as comunidades e não gera empregos para quem habita a região. A ausência de fontes de trabalho [obriga a população](#), principalmente os jovens, a recorrer à compra e venda de insumos alimentares, a se exilar para outras cidades do país para trabalhar em fábricas de carvão, como peões em outras fazendas ou a emigrar para o Brasil para trabalhar nas grandes fábricas têxteis paulistas.

A ofensiva do capital agrícola não é apenas sobre a terra, é também [sobre o corpo das mulheres rurais](#), das jovens e das meninas. O tráfico de pessoas, a exploração sexual, a servidão e as gravidezes indesejadas são apenas algumas das formas pelas quais

Os jovens Yshir são transferidos para trabalhar em fazendas de gado. *Elisa Marecos e Sandino Flecha/Heñói*



“Somos todos sobreviventes.”

Yshir Ybytoso, Mujer líder indígena



Implantação de lotes urbanos no distrito de Bahía Negra. *Elisa Marecos e Sandino Flecha/Heñói*

essa ofensiva se manifesta. Apesar da situação de extrema vulnerabilidade em que se encontram milhares de mulheres e meninas rurais, continuam sendo elas que lideram a resistência ao agronegócio, organizando a vida nos territórios.

Os direitos das mulheres em geral, e das mulheres rurais, camponesas e indígenas em particular, estão em retrocesso, apesar da existência de um marco normativo enquadrado na [Política de Igualdade de Gênero e Intercultural do Setor Público Agrário \(2018\)](#), que estabelece o dever do Estado de garantir tanto o fortalecimento linguístico quanto patrimonial, a proteção social, o acesso a serviços sociais básicos e uma educação de qualidade adequada à sua cultura. A realidade nas comunidades evidencia o esvaziamento da política pública, que se expressa também [no desfinanciamento das principais instituições](#) encarregadas de zelar pelos direitos das comunidades indígenas do Paraguai, como é o caso do Instituto Paraguai do Indígena.

Durante as entrevistas, os informantes afirmaram que a pecuária em grande escala exige pouca mão de obra e os empregos que gera são precários e produzem baixos salários, sem contribuições para a previdência social. Da mesma forma, são realizados em condições semifeudais de relacionamento entre o latifundiário e a família dos trabalhadores, que devem se estabelecer nas propriedades das fazendas.

Enquanto os jovens procuram emprego nas fazendas como capatazes, as mulheres rurais e indígenas tentam resolver seu cotidiano através da confecção de artesanato para venda. O agronegócio obriga as mulheres indígenas a ver seus filhos e filhas partirem em busca de oportunidades e, muitas vezes, segundo relataram, eles não voltam porque morrem nas condições extremas de exploração laboral nos campos ou nas fábricas têxteis brasileiras.

Apesar de 75% da população do distrito de Bahia Negra pertencer aos povos originários, não existem políticas públicas que abordem

a falta de emprego, produção e vida digna em suas comunidades, nem protejam e promovam a continuidade de suas práticas culturais ancestrais. As políticas são voltadas apenas para o agronegócio, enquanto os povos indígenas existem apenas como mão de obra barata e disponível para exploração, até mesmo até seu desaparecimento. Diante dessa situação, o [Instituto Nacional do Indígena \(INDI\)](#) tem apenas o silêncio como política pública.

Em entrevistas realizadas nas comunidades, os informantes afirmaram que não são levados em consideração, que não há trabalho e que as mulheres das comunidades Yshir Ybytoso, Karcha Bahlut, Puerto Diana e Puerto Esperanza precisam elaborar produtos artesanais como estratégia de sobrevivência, embora na maioria das vezes não consigam levá-los para fora da comunidade devido à falta de infraestrutura viária, que, além disso, isola as comunidades indígenas do resto do país. ■

Os impactos socioeconômicos e ambientais da expansão do cultivo de soja nas terras baixas da Bolívia para as comunidades indígenas

Por **Mario Vargas** e **Cecilia Peñaranda**, Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA), Bolívia

O avanço da fronteira agrícola está aprisionando a comunidade de Bella Selva, no município de San Andrés, cujas terras são propriedade comunal. **Mario Vargas/CIPCA**

Na Bolívia, a soja tornou-se o principal produto agrícola de exportação. Este artigo apresenta reflexões críticas sobre as áreas de expansão do cultivo de soja nas planícies bolivianas, promovidas por políticas públicas estatais baseadas no extrativismo, e destaca o papel protagonista das mulheres indígenas na defesa das florestas diante da expansão da fronteira agrícola.

A Bolívia é um dos países megadiversos do planeta, com três grandes regiões: o Altiplano, o Chaco e a Amazônia. [Trinta e nove por cento da população se identifica como de origem indígena](#), e [23% da extensão total do país é representada pelos TIOC](#) (Territórios Indígenas Originários Camponeses), áreas geográficas de propriedade coletiva, legalmente reconhecidas pelo Estado boliviano, que concede direitos territoriais às comunidades indígenas e camponesas. Apesar desse avanço em matéria de direitos, os povos indígenas, e em particular as mulheres, enfrentam desapropriações e agressões por causa da atividade mineradora, da extração de madeira, da pecuária e do avanço da fronteira agrícola para a agroindústria.

As políticas públicas, a presença de mercados de exportação e o acesso a novas tecnologias, especialmente desde os anos 80, promoveram transformações na produção agrícola. A área cultivada nacional quintuplicou de 1983 a 2023, [chegando a 4.572.582 hectares](#).

O crescimento da área cultivada concentra-se nas planícies orientais da bacia amazônica, principalmente em Santa Cruz, região a leste do país, que apresenta solos férteis e clima

favorável ao desenvolvimento da agricultura. Em 2023, Santa Cruz reuniu mais de 70% do total nacional cultivado ([3,3 milhões de hectares](#)), com soja, milho duro, sorgo e trigo como principais culturas. No caso da soja, Santa Cruz é o [principal produtor](#), já que o departamento representa 97% da área nacional cultivada com soja, seguido por Tarija e Beni.

As políticas públicas por trás da expansão do cultivo da soja

A soja é cultivada na Bolívia desde a década de 1970. Dada a crescente demanda por oleaginosas a nível internacional e a aplicação de políticas públicas favoráveis ao seu cultivo, nos anos 80 e 90 houve uma expansão acelerada e, desde o início deste século, foram introduzidas as sementes transgênicas.

Em 1990, foi lançado [o projeto Eastern Lowland](#), por meio de endividamento externo com o Banco Mundial, dando início a uma etapa de subsídios ou financiamento para a expansão do cultivo da soja. Este projeto não só promoveu pela primeira vez em grande escala o cultivo deste produto, como também estabeleceu a infraestrutura

institucional e financeira que, até hoje, sustenta o agronegócio na Bolívia: desde sistemas de crédito especializado até a consolidação de redes empresariais que articulam a produção, o processamento e a exportação, além de estabelecer mecanismos de subsídios e isenções fiscais para a produção e exportação de soja.

Em 2020, o Brasil e a Bolívia eram importantes exportadores mundiais de soja, com [85% da produção destinada à exportação](#), principalmente para a China e os Estados Unidos, o que evidencia os efeitos territoriais dos mercados mundiais. Prevê-se que, até 2050, a demanda global por soja dobre, em grande parte devido à receita obtida com o bagaço ou farelo de soja, um subproduto obtido após o processamento, usado para alimentação animal.

A política pública boliviana promove um modelo de produção baseado no extrativismo, por meio do qual o Estado apoia continuamente a agroindústria. Um exemplo claro é o [Decreto Supremo nº 5381, de 2025](#), pelo qual o governo boliviano criou o Programa Nacional de Estabelecimento e Fortalecimento da Base Produtiva Primária do Cultivo da Soja, um novo mecanismo de incentivo à produção de soja nos

departamentos de La Paz e Beni, como novos pólos de desenvolvimento agroindustrial. O programa conta com um investimento equivalente a 43 milhões de dólares americanos, a ser executado entre 2025 e 2030, para atingir 200 mil toneladas em 60.940 hectares.

A soja é uma das culturas com maior apoio estatal, cujo destino é a exportação como torta e outros derivados. Também é promovida como insumo para a geração de biodiesel (em 2024, foi instalada uma usina na cidade de Santa Cruz, com **capacidade máxima de produção de 1.500 barris por dia**). Nessa perspectiva, por exemplo, no departamento de Beni, após a aprovação do novo **Plano de Uso do Solo**, avança a ampliação de sua fronteira agrícola, e alguns expressaram a meta de chegar a 3 milhões de hectares de soja.

Perda da floresta, da biodiversidade e dos meios de subsistência

Em 2024, a Bolívia registrou uma área queimada de **12,6 milhões de hectares**

(equivalente ao território de Portugal), o número mais alto de sua história. Desse total, 7,6 milhões de hectares correspondiam a florestas (60%) e 5 milhões a áreas não florestais e pastagens (40%). Os departamentos mais afetados foram Santa Cruz, com 8,5 milhões de hectares (68% do total nacional), e Beni, com 3,4 milhões de hectares (28%).

A ocorrência consecutiva de incêndios não representa apenas uma ameaça ecológica, mas também uma injustiça social que recai com maior força sobre as mulheres indígenas. Elas, como guardiãs do conhecimento tradicional e cuidadoras do território, sofrem as consequências diretas da degradação ambiental.

Os incêndios florestais na Bolívia são causados por atividades em terras com diferentes status legais. O primeiro conjunto é formado por propriedades individuais ou comunidades assentadas ilegalmente em áreas não autorizadas para ocupação e uso

agropecuário. Um segundo grupo é formado por propriedades e assentamentos ilegais dentro das TIOC. Há também as recém-denominadas **comunidades interculturais**, que reúnem migrantes de diferentes regiões do país estabelecidos em terras estatais, que podem ou não ter autorização de assentamento. O quarto grupo é constituído por propriedades agrícolas e pecuárias de médio e grande porte legalmente estabelecidas.

A ocorrência consecutiva de incêndios não representa apenas uma ameaça ecológica, mas também uma injustiça social que recai com maior força sobre as mulheres indígenas. Elas, como guardiãs do conhecimento tradicional e cuidadoras do território, sofrem as consequências diretas da degradação ambiental. Existem iniciativas produtivas lideradas por mulheres para promover o uso e aproveitamento sustentável dos frutos da floresta que foram afetados pelo fogo. Em alguns casos, a perda foi total, tanto da fonte de seus insumos primários quanto das infraestruturas, impacto que limitou sua geração de renda econômica e autonomia financeira.

Fazenda Omar Quevedo na comunidade de Nueva Betania, município de San Andrés, Bolívia, com um sistema de produção agroflorestal diversificado. **Mario Vargas/CIPCA**





No município de San Andrés, departamento de Beni, Bolívia, a produção de oleaginosas é totalmente mecanizada, desde a semeadura até a colheita. **Mario Vargas/CIPCA**

Após os incêndios, a reconstrução das casas e das dinâmicas familiares das comunidades tem sido complexa. Geralmente, os homens saem de suas comunidades para trabalhar temporariamente nos centros urbanos ou em fazendas de gado e, com o dinheiro acumulado, reconstruem suas casas e replantam suas plantações de frutas cítricas, cacau, mandioca, entre outros itens importantes para a alimentação e a geração de renda familiar. Em contrapartida, nesses processos de reconstrução, o papel das mulheres é determinante: são elas que limpam os restos dos incêndios, preparam o solo para o replantio de suas culturas e cuidam dos filhos, idosos e doentes. Paralelamente, elas também podem desenvolver atividades relacionadas à esfera pública. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho evidencia a concentração da maior carga de tarefas de cuidado da vida nas mulheres, sem que necessariamente os homens se integrem de forma mais ativa nas tarefas de cuidado no âmbito doméstico.

Disponibilidade de alimentos em comunidades indígenas e camponesas

Um fenômeno que ocorre dentro das TIOC são os assentamentos e propriedades ilegais. É comum observar que áreas significativas de terras estão sob o controle de “terceiros”, apesar de sua condição de propriedade coletiva e inalienável das comunidades indígenas. O avanço da fronteira agrícola gera mecanismos ilegais para assinar acordos de usufruto e posse com líderes e população em geral das TIOC, que implicam o desmatamento e a implementação de culturas agroindustriais por parte de “terceiros”, com uma remuneração pelo “aluguel” da terra em média de 220 dólares americanos por hectare/ano.

O sistema de desmatamento para a habilitação de terras agrícolas destrói toda a floresta, impede a geração de barreiras vivas com floresta natural entre cada parcela e promove um uso intensivo do solo, sem a

reposição de nutrientes e matéria orgânica ao solo. Esta situação prevê que, a médio e longo prazo, a terra chegará ao esgotamento e à degradação. O território se tornará uma espécie de círculo vicioso de desmatamento de florestas para habilitar novas áreas agrícolas; em última análise, é um modelo agrícola insustentável, pois compromete a possibilidade de produzir alimentos a médio e longo prazo.

As florestas são de grande importância para as comunidades indígenas, do ponto de vista cultural, espiritual, econômico e ambiental. Elas são o sustento e o meio de vida, fornecem alimentos, plantas medicinais e materiais para as habitações e atividades cotidianas da comunidade. De acordo com a cosmovisão dos povos indígenas que vivem ancestralmente nesses territórios, a floresta é sagrada, é o lar dos espíritos ancestrais e o local para rituais e cerimônias tradicionais. No entanto, o modelo do agronegócio extrativista apresenta efeitos negativos e viola seus direitos constitucionalizados.

Pelo menos três fatores reconfiguram a vida e o território das comunidades indígenas e camponesas. As *mudanças climáticas* alteraram o regime hídrico, afetando a dinâmica biológica da floresta, com uma diminuição ou perda de seus produtos, importantes para a vida selvagem e a humanidade. A *falta de água* afeta a pesca, bem como o desenvolvimento de seus cultivos tradicionais para a segurança e soberania alimentar. A *falta de políticas públicas eficientes e com perspectiva de gênero* para essas populações, muitas das quais se encontram em territórios indígenas que não recebem ações de cuidado integral por parte do Estado que, pelo contrário, favorece a presença de **atividades ilegais como a mineração**. A pressão da fronteira agrícola está obrigando as comunidades indígenas e camponesas a entrar em um sistema ilegal de acordos de usufruto de suas terras por parte de “terceiros”.

Esses fatores aumentam as possibilidades de dependência da renda monetária do agronegócio, seja pelo “aluguel” ou venda de suas terras e pelo emprego de mão de obra em atividades da agroindústria. Existem comunidades indígenas e camponesas que cada vez menos cultivam seus alimentos e realizam suas práticas de coleta e caça na floresta, o que pode impactar a agricultura familiar da comunidade, que passa a depender principalmente da compra de alimentos em centros comerciais, encarecendo o custo de vida. Essa forma de geração de renda econômica desestrutura seus sistemas de vida, acelera a perda da sabedoria ancestral, incentiva o desapego de sua cosmovisão com a floresta e promove de forma acelerada o avanço da fronteira agrícola para o monocultivo de exportação.

Nesse contexto, as mulheres indígenas assumem um papel de destaque na defesa das florestas, estão intimamente ligadas à

proteção e conservação do meio ambiente por meio do aproveitamento de produtos não florestais, da revalorização da medicina tradicional e da geração de renda econômica para a família. Por exemplo, a Organização de Mulheres Indígenas Originárias Chiquitanas de Concepción (Omioch-C) e as associações de mulheres empreendedoras do município de Concepción foram protagonistas na construção da política pública favorável aos produtos florestais não madeireiros (conservação, coleta, transformação e comercialização) e apresentaram a **Lei de Produtos Florestais Não Madeireiros** para sua promulgação no âmbito municipal. Nessa mesma região, a organização de mulheres indígenas chiquitanas **desenvolveu a marca Chapie**, que permite posicionar diversos produtos, como a amêndoa chiquitana, café, mel, cusi, mandioca, entre outros, em diferentes feiras locais, regionais e nacionais.

O estabelecimento de novas áreas para culturas agroindustriais é acompanhado pelo uso intensivo de máquinas agrícolas e dos serviços e infraestrutura que exigem. **Mario Vargas/CIPCA**

“...o papel das mulheres é determinante: são elas que limpam os restos dos incêndios, preparam o solo para o replantio de suas culturas e cuidam dos filhos, idosos e doentes. Paralelamente, elas também podem desenvolver atividades relacionadas à esfera pública.”

Mario Vargas e Cecilia Peñaranda, CIPCA





Na comunidade de Villa Fátima, município de Ascensión de Guarayos, pequenos agricultores que antes plantavam culturas diversificadas agora estão migrando para variedades industriais de milho para venda. **Mario Vargas/CIPCA**

Valorizar a liderança das mulheres indígenas diante da degradação ecológica

O avanço da fronteira agrícola com base no cultivo da soja provocou transformações ambientais e socioeconômicas nas terras baixas da Bolívia, afetando comunidades indígenas e camponesas. O aumento da desflorestação, a degradação dos solos e o aumento dos incêndios são consequência de um modelo de produção que recebeu o apoio do Estado, bem como financiamento internacional. Esses efeitos perpetuam as desigualdades sociais e as injustiças de gênero, colocam em risco a segurança e a soberania alimentar, bem como a reprodução cultural das comunidades indígenas e camponesas. A reprodução da vida torna-se vulnerável devido à dependência de rendas precárias, como o arrendamento de terras a

terceiros no caso das terras comunitárias, bem como à degradação ecológica.

A pressão territorial gerada pela atividade extrativa (agroindústria, mineração, madeira) incentivou mecanismos para a invasão e o tráfico de terras. Os TIOC estão expostos e tornam-se mais vulneráveis com o passar do tempo, seja pela ameaça às suas terras ou pelos efeitos das mudanças climáticas.

Diante do abandono do Estado, as comunidades enfrentam a perda da autonomia alimentar, injustiças de gênero e o aumento do custo de vida, o que coloca em risco sua própria existência.

Além do protagonismo no âmbito produtivo e ambiental, as mulheres indígenas do departamento de Santa Cruz investem seu tempo em processos de formação, obtendo sua [certificação como promotoras](#)

[comunitárias](#), o que contribui para sua consolidação como atoras-chave na promoção da equidade em seus territórios.

As mulheres indígenas [lutam pelo reconhecimento de seus direitos e territórios](#), para garantir seus meios de subsistência, frear o avanço da fronteira agrícola e combater os incêndios florestais.

Em todos esses processos, as mulheres estiveram presentes, mas invisibilizadas. As experiências de [liderança das mulheres exigem uma maior valorização e visibilidade](#) de sua contribuição fundamental para o desenvolvimento da agricultura, da agroecologia e de soluções para problemas como a insegurança alimentar e a crise ambiental, muito próprios do novo século e do aprofundamento do capitalismo e do consumismo devastadores. ■

Georgia

Fendas na Terra: o custo humano e ambiental da mineração de manganês na Geórgia

Por **Nino Beridze**, Local Environmental Initiative, Georgia

Mina próxima a uma área residencial em Chiatura, Geórgia. **Local Environmental Initiative**

Este artigo examina os danos ambientais e socioeconômicos causados por décadas de extração não regulamentada de manganês em Chiatura, Geórgia. Descreve os impactos ambientais, destaca como mulheres e jovens são especialmente vulneráveis e ressalta a necessidade de reformas urgentes.

A cidade mineradora Chiatura, no centro-oeste da Geórgia, está há anos mergulhada no caos. A mineração descontrolada devastou a o solo e os recursos hídricos, comprometeu a saúde e aprofundou a desigualdade de gênero, gerando crescente instabilidade social.

Cada vez mais, habitantes da região têm se mobilizado em defesa de seus direitos. O que começou como [um descontentamento entre](#) a população mineradora, se transformou em um movimento que inclui [protestos nas ruas, greves de fome e atos extremos](#), como o de costurar a própria boca.

Os residentes denunciam o legado destrutivo da mineração de manganês, que enriqueceu empresas, mas empobreceu a população, comprometeu sua saúde, violou seus direitos e deixou suas casas em ruínas. A exploração de manganês em Chiatura começou em 1846 nas bacias dos rios Kura e Rioni.

Ao longo de mais de 150 anos, a proteção do meio ambiente foi negligenciada e os rejeitos da mineração transformaram a paisagem. [Um estudo da União dos Moradores de Chiatura](#) descreve “mudanças radicais” na topografia, com a destruição do solo e da

vegetação, sumidouros e deformações em forma de funil e deslizamentos de terra em grande escala que causam erosão e desertificação.

Aldeias como Darkveti, Mgvimevi, Khalifauri, Rgani e Tabagrebi [perderam centenas de hectares de floresta e dezenas de hectares de solo](#) devido à mineração a céu aberto. Mesmo a 30 quilômetros das minas, a poluição atmosférica continua nociva. Minas abandonadas e em atividade pontilham o campo, com um labirinto de cerca de 200 quilômetros de túneis subterrâneos. O [vento e a chuva espalham poeira de metais pesados por toda a região](#), contaminando a água, o solo e as plantações e colocando em risco seres humanos e animais.

Segundo relatos, nenhuma das plantas de beneficiamento de manganês possui um sistema funcional de tratamento de efluentes. Rios como o Kvirila ficam pretos devido à lixiviação do manganês. Em alguns trechos do rio, o [teor de manganês na água é muitas vezes superior ao limite seguro](#), e a [União de Moradores de Chiatura informa níveis de 600 miligramas por litro](#), mais de 50.000 vezes o nível “normal”. As concentrações de outros metais pesados,

como chumbo, níquel, cobalto e zinco, também estão muito acima dos níveis permitidos. Em 2009, na entrada de Chiatura, a concentração registrada de íons de manganês no rio Kvirila era de 3,9 miligramas por litro, mais de 40 vezes os níveis permitidos.

De acordo com o [estudo de 2020](#), amostras de solo de várias pesquisas evidenciam níveis de arsênico e chumbo várias vezes superiores aos limites legais, e de [manganês muito acima da concentração máxima permitida](#) em locais como Ithvi. Nas amostras de solo foram encontrados cádmio, arsênico, cobalto, cobre, zinco, manganês, ferro, níquel, alumínio e isótopos radioativos de potássio e chumbo, em níveis de concentração várias dezenas de vezes superiores aos limites legais. Essas concentrações elevadas de metais pesados na água e no solo contaminam os produtos agrícolas e representam um risco para a saúde humana, animal e ambiental.

Na aldeia de Ithvi, a concentração de manganês no solo é de 140 000 mg/kg, 93 vezes superior à concentração máxima permitida. Também foram registrados níveis elevados de outros metais pesados, como

cádmio, cobre, zinco e níquel. O teor de cobre no solo é de 1070 mg/kg, sete vezes superior ao normal, enquanto **os níveis de manganês são 180 vezes superiores aos padrões aceitáveis**. Esses contaminantes são absorvidas pelas culturas, tornando os alimentos locais potencialmente impróprios para consumo.

Apesar da destruição visível, não existem estatísticas completas sobre a real extensão dos danos ambientais. A legislação permissiva e a fiscalização ineficaz permitem que as empresas de mineração muitas vezes operem sem controle.

O custo oculto

Nenhuma área de Chiatura está protegida do alcance das empresas de mineração. A extração parece estar ocorrendo em todos os lugares: nas pastagens, ao longo das estradas, ao lado das casas e até mesmo sob os próprios vilarejos. Casas que antes se erguiam sobre solo estável agora estão à beira do colapso, à medida que os túneis erodem o solo sob seus alicerces.

Em Ithvi, anos de mineração provocaram um **deslizamento de terra de 800 metros de extensão que destruiu ou tornou inabitáveis 20 casas** e colocou em risco dezenas de famílias. A comissão estadual que investigou

o desastre culpou a mineração do passado, eximindo o operador atual da responsabilidade.

Em Chiatura, **as áreas de mineração e as residenciais são indistinguíveis**. As escolas e creches estão localizadas dentro das zonas de extração, e as crianças costumam ir à escola atravessando pedreiras. As ambulâncias têm dificuldade em chegar às casas devido às estradas destruídas. Em Mgvimevi, as colinas mineradoras abandonadas estão a poucos passos das portas dos moradores, e a poeira e o mau cheiro onipresentes são um lembrete da crise em curso.

Rgani, que outrora abrigava florestas de castanheiros protegidas pela legislação georgiana, perdeu suas áreas de pasto e cobertura florestal devido à mineração. “Perto da minha casa havia um campo inteiro coberto de castanheiros... Nunca fui de reclamar, mas estou farta... No verão, não dá para abrir a janela nem estender roupa para secar. Tudo fica coberto de poeira, as pessoas ficam doentes”, disse uma moradora, que pediu para permanecer anônima por medo de represálias.

Os especialistas da Universidade Estadual de Tiflis **afirmam que as terras férteis se tornaram estéreis**, as fontes de água

desapareceram e o equilíbrio natural foi rompido. Os impactos antrópicos substituíram os ecossistemas florestais por matagais degradados, especialmente nas zonas cársticas e planaltos onde a água é escassa. O pastoreio excessivo, impulsionado por pressões econômicas, tem retardado ainda mais a regeneração da vegetação.

A principal fonte da contaminação por manganês são as atividades de mineração e os processos industriais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a exposição crônica ao manganês e outros metais pesados **prejudica as funções hematológicas, renais e hepáticas, sendo o sistema nervoso central especialmente vulnerável**. As mulheres estão entre os grupos mais vulneráveis. Níveis elevados de manganês no sangue estão relacionados a um aumento da infertilidade, **complicações durante a gravidez e o parto** e hipóxia fetal crônica. Esses efeitos sobre a saúde relacionados ao gênero frequentemente passam despercebidos e permanecem sem tratamento adequado.

Não é um problema das mulheres?

A mineração parece ser um setor masculino, já que a maioria dos trabalhadores são

Um deslizamento de terra destruiu casas na comunidade de Ithvi. **Local Environmental Initiative**

“Nunca fui de reclamar, mas estou farta... No verão, não dá para abrir a janela nem estender roupa para secar. Tudo fica coberto de poeira, as pessoas ficam doentes.”

Morador de Rgani





Protesto na comunidade de Rgani. Uma das placas diz: "Algumas casas que costumavam ficar no pasto agora estão à beira de um penhasco com vários metros de profundidade." **Local Environmental Initiative**

homens, mas as mulheres costumam ser a força motriz dos protestos comunitários. Por que isso acontece? Em Chiatura, as mulheres são as mais afetadas pela deterioração ambiental e pelas tensões sociais. A maioria das mulheres está desempregada, sobrecarregada com tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas e excluída do mercado de trabalho devido a essa realidade desigual. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a [maioria das mulheres georgianas permanece fora do mercado de trabalho](#) devido às suas responsabilidades de cuidado. Além disso, pesquisas realizadas com a população georgiana mostram que a [desigualdade de gênero é mais acentuada em regiões rurais e monoindustriais](#) como Chiatura do que nas cidades.

As normas tradicionais de gênero, embora não estejam consagradas na lei, fazem com que os homens geralmente herdem propriedades, enquanto as mulheres raramente sejam registradas como proprietárias, e a [diferença salarial entre homens e mulheres na Geórgia](#) é, em média, de 33%.

Nas regiões mineradoras, as mulheres carecem de terras e bens, o que as torna mais vulneráveis ao deslocamento e à pobreza. Embora existam disposições legais com relação à igualdade de gênero na Geórgia, mudanças recentes na política, como a eliminação das cotas parlamentares para mulheres, são um sinal de retrocesso.

O governo tem [desconsiderado cada vez mais a igualdade de gênero](#) e [condenado determinados setores da população](#) por serem influenciados por imposições externas e pela interferência de ONGs internacionais, alegando que representam uma ameaça aos valores "tradicionais". Isso marginaliza ainda mais os direitos das mulheres.

Isso não passa de uma premissa falsa. Afinal, a justiça de gênero não se opõe ao conhecimento tradicional. Garantir os direitos das mulheres é um direito humano fundamental, não uma questão de caridade ou uma preocupação exclusiva das ONGs. A justiça de gênero promove a paz e a harmonia social ao eliminar as causas profundas dos conflitos, das desigualdades e da discriminação. Pesquisas mostram que a

[participação das mulheres na vida econômica e social](#) aumenta a produtividade e a prosperidade. Na verdade, "investir em mulheres e meninas", ou seja, ampliar seus direitos e oportunidades econômicas, é um fator-chave para o desenvolvimento abrangente e o crescimento econômico inclusivo.

Um exemplo de desigualdade de gênero enraizada na tradição, mais do que na lei, é o dos direitos de propriedade das mulheres. Embora a legislação georgiana não atribua direitos de propriedade com base no gênero, uma norma implícita dá prioridade aos homens. Os pais costumam deixar suas propriedades para os herdeiros do sexo masculino. Consequentemente, as mulheres registram propriedades com muito menos frequência do que os homens em quase todas as regiões da Geórgia, especialmente fora da capital. Este padrão é evidente nas regiões mineradoras: [a maioria das mulheres não possui bens ou ativos estratégicos](#), vive na casa do pai ou do marido e não é reconhecida como proprietária. Assim, a grave situação das regiões mineradoras agrava as desigualdades de gênero existentes.

Um desequilíbrio de poder

A extração de manganês no oeste da Geórgia é dominada por um pequeno número de empresas, sendo a mais importante, de longe, a Georgian Manganese, uma subsidiária da siderúrgica britânica Stemcor, que possui um faturamento estimado em milhões, mas a empresa se **recusa a publicar seus documentos financeiros**. No entanto, Chiatura continua a ser uma das zonas mais pobres da Geórgia, com 23% dos residentes classificados como **socialmente vulneráveis e dependentes** de subsídios do Estado.

As operações mineiras são, na sua maioria, subcontratadas, **o que torna a prestação de contas opaca e permite às empresas contornar os regulamentos**. Os protestos dos trabalhadores e da comunidade são frequentemente ignorados.

Essa opacidade legal permite que a indústria coloque os interesses corporativos à frente das preocupações públicas, sociais e ambientais. As licenças permitem que a Georgian Manganese explore a mina até 2047, mesmo que as reservas de fácil acesso estejam se esgotando. Em vez de investir em novas tecnologias ou diversificar, as empresas estão entrando em novos territórios, como a vila montanhosa de Shkmeri.

Os residentes só **ficaram sabendo dos planos de exploração mineira** depois que as licenças

foram vendidas discretamente e o Ministério Público confiscou suas parcelas. O local inclui um monumento protegido do patrimônio cultural, a igreja de São Jorge, mas as objeções da Agência Nacional para a Proteção do Patrimônio Cultural foram ignoradas. Os moradores locais esperavam construir um futuro baseado na agricultura e no turismo.

As empresas de mineração **costumam simular o apoio público** por meio de consultas simuladas ou acordos informais com famílias selecionadas, ao mesmo tempo em que negam qualquer responsabilidade pelos danos causados no passado. As autoridades locais afirmam que não há alternativas à mineração, citando a economia monocultural de Chiatura e a pobreza dos solos como obstáculos à agricultura.

Caminhos para superar a crise

A história de Chiatura está intimamente ligada à mineração de manganês. A indústria extrativa, moldada pelas práticas da era soviética, alterou os ecossistemas, destruiu propriedades e enterrou o futuro da região. É um exemplo claro de como a extração descontrolada de recursos pode devastar comunidades, especialmente quando as questões de gênero e ambientais são ignoradas.

Os defensores locais insistem que os verdadeiros custos da mineração, tanto

ambientais quanto sanitários e sociais, devem ser estudados e contabilizados integralmente. As novas licenças devem exigir avaliações sociais, econômicas e ambientais rigorosas, com contribuições genuínas das comunidades afetadas, especialmente das mulheres e dos jovens.

As empresas mineradoras devem ser obrigadas a reparar os danos causados no passado, restaurar os solos e as florestas e contribuir para o bem-estar da comunidade, entre outras coisas, investindo em oportunidades de meios de subsistência alternativos, como o cultivo de avelãs ou o ecoturismo. Caso contrário, Chiatura enfrentará um maior despovoamento, o agravamento da pobreza e uma perda ecológica irreversível. Somente garantindo a representação e a participação reais das mulheres e dos jovens na governança e aplicando plenamente o Acordo de Associação da Geórgia com a União Europeia, que exige uma tomada de decisão participativa e abrangente, será possível restabelecer o equilíbrio entre as indústrias extrativas e as comunidades locais.

É essencial uma tomada de decisões inclusiva, sensível às questões de gênero e impulsionada pela comunidade. Sem ela, o fosso entre os interesses empresariais e o bem-estar local continuará a aumentar, e as fissuras na terra — e na sociedade — não farão mais do que se aprofundar. ■

Equipamentos de mineração em operação em uma estrada residencial na região de Chiatura. **Local Environmental Initiative**



Deslocamento e resistência: o povo Chepang enfrenta as indústrias extrativas do Nepal

Por **Bhola Bhattarai, Shova Neupane, Kiran Kumar Baram e Sumitra Rai**, Foro Nacional para la Defensa de Nepal (NAFAN)

Caminhão transportando pedras e cascalho de uma pedreira nas margens do rio Manahari, no Nepal. **NAFAN**

O povo Chepang do Nepal está enfrentando um deslocamento generalizado e a devastação ambiental causada pela rápida expansão da mineração a céu aberto de calcário e pedra em seus territórios ancestrais. Com base em visitas de campo e depoimentos, este artigo documenta como as indústrias extrativas destruíram florestas, fontes de água e patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que impuseram os cargos mais pesados às mulheres. Ele destaca a resistência dos Chepang e apela para uma ação urgente por parte do governo, das empresas e dos atores internacionais para defender os direitos indígenas e buscar alternativas ao extrativismo lideradas pela comunidade.

Em todo o mundo, os povos indígenas estão na linha de frente das crises climáticas e de biodiversidade. Governos e corporações frequentemente promovem a mineração, barragens e infraestruturas de grande escala como “soluções verdes” para o desenvolvimento ou as mudanças climáticas. No entanto, para as comunidades locais, esses projetos muitas vezes trazem desapropriação, colapso ambiental e aprofundamento da desigualdade.

Essa contradição é claramente visível no Nepal, onde o povo Chepang, um grupo indígena que vive na acidentada cordilheira Mahabharat, enfrenta a destruição de suas terras por empresas de mineração. Apesar de seu conhecimento ecológico e patrimônio cultural, os Chepang estão entre os povos mais marginalizados do Nepal, lutando contra a falta de terras, a insegurança alimentar e a pobreza. Agora, a rápida expansão da mineração de calcário, rocha e pedra ameaça não apenas seus meios de subsistência, mas sua sobrevivência como povo.

Embora o Nepal tenha ratificado a [Convenção 169 da OIT](#) e endossado a [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas \(UNDRIP\)](#), os projetos de mineração avançam rotineiramente sem o consentimento livre, prévio e informado (FPIC) das comunidades afetadas. As consequências têm sido devastadoras: violações dos direitos humanos, cargas associadas com gênero e graves danos ecológicos. Mas, ao lado desses danos, há uma história de resistência comunitária, liderada em muitos casos pelas mulheres Chepang.

Em julho de 2025, representantes do Fórum Nacional de Advocacia do Nepal (NAFAN) e da Associação Chepang do Nepal viajaram para quatro distritos do Nepal — Gorkha, Dhading, Chitwan e Makawanpur, onde vive a maioria da população Chepang — para avaliar a situação. Visitamos a mina Ginggu, no distrito 4 do município rural de Raksirang, em Makwanpur; a mina de calcário Supar, em Kalika-9, em Chitwan; a indústria de rochas e pedras Shree Kumari Mata, em Dhading; e a mina de calcário Dhanwari, em Ichhhakamana-2, em Chitwan.

Entrevistamos líderes comunitários Chepang e ativistas de direitos humanos e realizamos grupos de discussão nos distritos de Makawanpur, Chitawan e Dhading. O que encontramos foi uma situação e uma população que exigem atenção urgente.

Impactos da expansão da mineração nos territórios Chepang sobre os direitos humanos, o meio ambiente e as questões de gênero

Por gerações, os Chepang sustentaram-se através da agricultura de corte e queima (khoriya), da coleta de alimentos silvestres e da agricultura em pequena escala, complementadas por sistemas alimentares baseados na floresta e gerenciados por mulheres. Hoje, suas terras em Makwanpur, Chitwan, Dhading e Gorkha estão sendo transformadas em centros de extração.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Nepal identificou [42 indústrias de mineração já em operação](#) nos territórios Chepang e [outras 86 licenciadas](#). Embora esses projetos beneficiem os empresários e

as rendas do Estado, eles deixam as comunidades locais apenas com os custos: fazendas cobertas de poeira, nascentes secas e casas em risco de desabamento devido às explosões.

Mais de 1.200 famílias Chepang já foram deslocadas, com [aldeias inteiras forçadas a deixar suas terras ancestrais](#), muitas vezes sem compensação adequada. Na pedreira de calcário de Ginggu, em Raksirang, Makwanpur, [ligada à Riddhi Siddhi Cement, dezenas de famílias foram deslocadas](#), enquanto outras vivem com medo da queda de rochas. Apesar de um [acordo de 11 pontos com as autoridades](#), as promessas de reabilitação não foram cumpridas. Os líderes Chepang afirmam que apenas metade das famílias com certificados de propriedade de terras receberam indenização, e muitas não se qualificaram porque não possuíam certificados.

Há relatos de outras atividades inescrupulosas por parte das empresas de mineração, [incluindo a falsificação de assinaturas das comunidades Chepang](#) para obter fraudulentamente direitos de mineração nas terras Chepang.

Mais a leste, em Kalika-9, Chitwan, os residentes resistiram a uma pedreira conhecida localmente como mina *Supar*, supostamente operada pela Starline Industries Pvt Ltd. [Já em 2018, os moradores exigiram seu fechamento](#), alertando que ela ameaçava a água potável, a irrigação e o histórico forte Upardang Gadi e o templo Ichchhakamana nas proximidades. Os líderes comunitários afirmam que as explosões desestabilizaram a colina Nagopahad e colocaram em risco uma escola localizada acima do local. Os protestos contra a mina *Supar* acabaram forçando a suspensão das operações, embora ainda não esteja claro se o fechamento é permanente.

Na fronteira entre Dhading e Chitwan, a fábrica Huaxin Cement Narayani — uma joint venture sino-nepalesa — representa uma extração em escala ainda maior. Os moradores locais a chamam de “Hwasin”, e o projeto gerou controvérsia logo após seu lançamento em 2019. Naquele ano, o [Comitê de Contas Públicas questionou seu arrendamento de terras](#), e [inundações danificaram gravemente seu canteiro de obras](#). No entanto, as operações continuaram, com os moradores relatando

atividade fabril dia e noite, poeira se depositando nos campos e casas, gado doente e fontes de água entrando em colapso. Os agricultores deslocados pelo projeto venderam terras ancestrais por um preço baixo e agora lutam por sobreviver em parcelas marginais.

Em Thakre, Dhading, os entrevistados relataram que a Shree Kumari Mata Rock and Stone Industry adquiriu terras em circunstâncias controversas. Os moradores insistem que isso aconteceu sem o seu consentimento. Um morador local nos disse que a empresa tem escavado em terras públicas fora dos limites aprovados, causando problemas para suas terras agrícolas e segurança alimentar, além de colocar sua casa diretamente em risco de deslizamentos de terra. Ele disse que entrou com uma ação judicial e também está recorrendo à Suprema Corte.

Em Ichchhakamana-2, Chitwan, um local conhecido localmente como mina *Dhanwari*, relatos de membros da comunidade descreveram como as famílias foram pressionadas a vender terras a preços baixos, muitas vezes por meio de

Mina em Ginggu, Nepal. **NAFAN**

“A poeira dificulta a respiração e a água que resta não é potável nem adequada para a agricultura. Isso criou sérios problemas sociais e de saúde.”

Mulher Chepang afetada pela mineração





Reunião com membros da comunidade Chepang para analisar o impacto do extrativismo em Raksirang. **NAFAN**

intermediários. A construção da estrada por si só trouxe poeira, barulho e escassez de água, disseram-nos membros da comunidade. Testemunhos sugerem que assentamentos inteiros de Chepang e Rai poderiam ser desalojados se as operações fossem retomadas. Nenhum registro público nomeia formalmente a mina, destacando um problema mais amplo: muitas pedreiras menores operam sob nomes locais raramente visíveis nos registros nacionais, deixando as comunidades sem transparência ou prestação de contas.

A agricultura de subsistência, fundamental para a sobrevivência dos Chepang, está sendo constantemente prejudicada. [As explosões e a exploração de pedreiras secam nascentes](#), desestabilizam encostas e enterram tubos de irrigação. Encontramos evidências de contaminação da água e danos às terras agrícolas em todos os cinco locais que visitamos. Na pedreira de calcário Ginguu em Raksirang, Makwanpur, por exemplo, os moradores locais relataram a perda de florestas e pastagens, e fontes de água que não fluem mais. Eles também relataram problemas de saúde e a morte de um membro da comunidade devido à queda de rochas causada pelas operações de mineração.

Moradores próximos à mina Supar, em Chitwan, também reclamaram de ameaças à água potável e à irrigação, enquanto nas proximidades da fábrica Huaxin, as comunidades relataram o colapso de fontes de água, gado doente e poeira se acumulando nos campos, prejudicando as plantações e a forragem.

A construção da estrada de acesso ao local de Dhanwari, em Chitwan, já causou escassez de água para as famílias próximas, de acordo com membros da comunidade local. A seca das fontes de água também reduziu a produção agrícola. Na monção, o risco de aldeias inteiras serem varridas continua alto. As consequências de gênero são particularmente graves. As mulheres, que são as principais responsáveis pela produção de alimentos, coleta de água e gestão florestal, agora precisam caminhar mais para cada pote de água. Com a escassez de água e os campos improdutivos, suas cargas de trabalho se intensificam, mesmo com o colapso da segurança alimentar das famílias. As mulheres grávidas enfrentam riscos de saúde elevados devido à desnutrição e à água contaminada.

As meninas são frequentemente retiradas da escola para ajudar nas tarefas domésticas, especialmente na coleta de água, enquanto o barulho das explosões interrompe as aulas quando elas frequentam a escola.

Os papéis culturais das mulheres também estão ameaçados: como guardiãs de sementes, plantas medicinais e conhecimento florestal, o deslocamento e a perda de acesso à floresta interrompem a transmissão intergeracional do conhecimento ecológico. As leis patriarcais sobre a terra excluem ainda mais as mulheres da indenização, uma vez que a maioria dos certificados de terra está em nome de homens, agravando sua vulnerabilidade.

[As pedreiras nos territórios Chepang destroem florestas, desestabilizam encostas e poluem rios](#), aumentando os riscos de inundações e deslizamentos de terra em toda a cordilheira Mahabharat. Testemunhos da comunidade descrevem o colapso de encostas ao redor de casas e campos, enquanto fontes secundárias confirmam a falta de mitigação ou monitoramento eficaz, apesar das alegações da empresa de avaliações ambientais.

Os projetos de mineração também colocam em risco o patrimônio cultural. Em Kalika-9, os residentes alertaram que a mina Supar ameaçava o histórico forte Upardang Gadi e o templo Ichchhakamana nas proximidades. Tais danos têm um impacto profundo, pois os locais sagrados estão entrelaçados com a identidade e a espiritualidade Chepang.

Juntas, essas minas pintam um quadro consistente: aprovações concedidas sem consentimento livre prévio e informado (FPIC), locais de patrimônio ambiental e cultural em risco e comunidades Chepang deixadas apenas com os escombros do desenvolvimento.

Resistência comunitária: defendendo a terra e a vida

Diante dessas adversidades, os Chepang não permaneceram em silêncio. Eles organizaram protestos, bloquearam estradas e entraram com ações judiciais para defender suas terras. De acordo com entrevistas com líderes locais, em 2024, líderes comunitários impediram caminhões de transportar pedras do leito do rio Manahari. Eles disseram que a polícia reprimiu o movimento, prendendo vários líderes — um forte lembrete dos perigos enfrentados pelos defensores indígenas no Nepal.

As mulheres com quem conversamos na comunidade disseram que todos os assentamentos Chepang enfrentaram deslocamento. Os protestos acabaram forçando a suspensão das operações, embora ainda não esteja claro se a paralisação é permanente.

Testemunhos coletados durante visitas de campo revelam a resiliência daqueles que resistem. Uma mulher de 65 anos explicou como sua família perdeu terras agrícolas e fontes de água, forçando-os a se mudar: “A poeira dificulta a respiração e a água que resta não é potável nem adequada para a agricultura. Isso criou sérios problemas sociais e de saúde”.

Apesar da intimidação, os Chepang obtiveram vitórias parciais. Em Chitwan, os protestos levaram as autoridades a suspender as operações na pedreira Supar/Starline. Em Dhading, os moradores continuam as batalhas judiciais para responsabilizar Shree Kumari Mata. E em toda a região, mulheres líderes estão levantando suas vozes, exigindo o reconhecimento dos direitos à terra, a proteção do patrimônio cultural e a participação genuína na tomada de decisões.

Em sua sétima assembleia nacional central, realizada em janeiro de 2024, a [Associação Chepang do Nepal pediu uma colaboração mais forte entre as organizações comunitárias \(CBOs\)](#), ONGs e ONGs internacionais ativas nas regiões Chepang. A assembleia enfatizou que qualquer instituição que planeje operar nos assentamentos Chepang deve primeiro receber a aprovação da Associação. Esse mecanismo de “porta única” tem como objetivo garantir o envolvimento participativo e responsável em iniciativas futuras, ao mesmo tempo em que supervisiona os atores externos que trabalham com as comunidades Chepang.

O encontro destacou ainda a necessidade de avançar com a declaração anterior do governo provincial de Bagmati de [estabelecer Áreas Protegidas Chepang](#) nos distritos de Chitwan, Makwanpur e Dhading.

Essas lutas conectam os Chepang aos movimentos de resistência indígena em todo o mundo, desde as mulheres amazônicas que defendem as florestas da extração de petróleo até as comunidades na África que se opõem à mineração destrutiva. Suas demandas são claras: a suspensão de projetos sem FPIC, a responsabilização de empresas e governos e o reconhecimento da gestão indígena como essencial para as metas climáticas e de biodiversidade. ■

Placa de “Entrada proibida” na entrada da mina (esquerda), mulher indígena Chepang em sua casa (direita). **NAFAN**



